

Contra balas e cassetetes

UM DOS PRINCIPAIS REPÓRTERES DE GUERRA DO BRASIL,
YAN BOECHAT FALA SOBRE SEUS 25 ANOS DE JORNALISMO

FOTOGRAFIA

Lalo de Almeida retrata o drama do Pantanal em chamas

ARTIGO

Sem jornalismo há verdade factual?, pergunta Eugênio Bucci

SINDICAL

Com a inflação em alta, categoria busca defender seu poder aquisitivo

#AbrilRespeiteoSindicato

Cresce a campanha contra prática antissindical da Editora Abril

Foto de Yan Boechat (15/10/2013) ao sofrer a agressão de um PM, durante protesto. "Eu também" [estou trabalhando], disse o agressor

PERFIL DOS JORNALISTAS

REDUÇÃO DO EMPREGO FORMAL NO ESTADO, DESDE 2013, SE CONCENTRA NO SEGMENTO IMPRESSO; VAGAS RECUAM AINDA MAIS DURANTE A PANDEMIA

EDITORIAL

O jornalismo resiste

Chegamos ao final de 2020 vivendo uma realidade jamais imaginada. Não estamos nos referindo aqui à devastadora pandemia que varre o planeta, e que em nossas fronteiras assume feições catastróficas. Mas ao Brasil no qual o presidente da República, numa cerimônia da Polícia Militar do Rio de Janeiro, em 18 de dezembro, declara aos soldados formandos: “Por muitas vezes, vocês estarão sós. Terão apenas Deus ao lado, e assim sendo, se preparem cada vez mais. Simulem as operações que podem aparecer pela frente. Porque, numa fração de segundo, está em risco a sua vida, a de um cidadão de bem ou a de um canalha defendido pela imprensa brasileira. Não se esqueçam disso: essa imprensa jamais estará do lado da verdade, da honra e da lei. Sempre estará contra vocês. Pensem dessa forma para poderem agir”.

O que salta à vista nessa fala é que a crise institucional no Brasil atinge um patamar inédito, e que o seu motor é justamente Jair Bolsonaro.

No contexto específico, sua declaração surge após a imprensa noticiar (Guilherme Amado, da revista *Época*) que a Agência Brasileira de Informação (Abin) havia sido usada para ajudar na defesa do senador Flávio Bolsonaro (Republicanos-RJ) – acusado de organização criminosa, peculato, lavagem de dinheiro e apropriação indébita, pelo esquema da “rachadinha”, operado pelo assessor Fabrício Queiroz, já preso. O uso também ilegal da Abin é feito sob a insustentável – mas reveladora – justificativa de preservar a “segurança da família presidencial”.

Além disso, poucos dias antes, a *Folha de S.Paulo* havia publicado reportagem mostrando que a polícia matou ao menos 2.215 crianças e adolescentes no Brasil de 2017 a 2019. E sabemos que Bolsonaro, precisamente, busca se aproximar das polícias como base ativa de apoio, e estimula com sua retórica permanente a truculência e a ação violenta, sem qualquer consideração aos direitos dos cidadãos. Assim, soma seus interesses particulares e de seu grupo às deformações do aparelho policial para dar mais um passo em sua escalada nefasta.

Blindagem institucional

Seja porque se sinta acuado, seja pelo cálculo político de viés autoritário que o caracteriza, Bolsonaro sente-se à vontade, numa cerimônia pública, para incitar abertamente policiais – corpo armado a serviço do Estado – a agirem contra jornalistas. Agirem *a priori*, note-se bem, sem qualquer motivo legal. O Sindicato dos Jornalistas Profissionais no Estado de São Paulo apoia a nota do Sindicato dos Jornalistas do Município do Rio que condena a declaração e conchama os poderes Judiciário e Legislativo a tomarem providências.

Mas Bolsonaro, aparentemente, não teme ser punido pelos sucessivos crimes que comete.

Sente-se blindado institucionalmente, com impunidade garantida! Vale lembrar que, em maio de 2020, a Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj), com mais 400 entidades, deu entrada a um pedido de impeachment contra o presidente, por diversos crimes de responsabilidade (como, até aquele momento, o apoio a manifestações pelo fechamento do Congresso e do Supremo Tribunal Federal e as diversas ações de sabotagem às medidas de combate à covid-19). Até hoje, o documento dorme na gaveta do presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), junto com dezenas de outros de diferentes setores sociais. Enquanto isso, na conclusão desta edição (21/12/2020), mais de 186 mil brasi-

leiros já haviam morrido por conta da epidemia, bom número deles, certamente, pela postura homicida do governo Bolsonaro.

Mesmo às turras com os meios de comunicação, o presidente não ignora que, politicamente, as empresas de comunicação apoiam o seu ministro da Economia, Paulo Guedes, cuja cartilha é reduzir direitos sociais e trabalhistas, privatizar o que for possível e destruir o serviço público. Pode contar com sua complacência, por assim dizer, para minorar a gravidade de seus atos, em nome da “estabilidade” até 2022...

Assim, no atual cenário, quem defende o jornalismo até as últimas consequências somos nós, os próprios jornalistas!

Resistência

Em um interessante texto de 20 de dezembro, Flavia Lima, ombudsman da *Folha*, discute a validade de o jornal ter, em editorial condenando o comportamento do presidente frente à pandemia, utilizado termos como “estupidez assassina de Jair Bolsonaro”, “irresponsabilidade delinquente”, “círculo de patifes” e “descaso homicida”. Sobre isso, podemos opinar que o editorial não deixa de ser, a seu modo, um indicador sobre o ponto a que chega a desagregação do tecido político-social brasileiro. A ombudsman, porém, está coberta de razão ao concluir

que, de fato, o que incomoda o mandatário são reportagens, é o “jornalismo investigativo”. Bolsonaro busca impedir, a todo custo – com ferramentas como *fake news*, intimidação e uso dos meios de Estado –, que os fatos venham a público.

Mas os fatos são teimosos! Mesmo nas mais difíceis condições, o jornalismo busca se afirmar, como uma plantinha em meio ao asfalto. Chamou a atenção a demissão de dez jornalistas do canal Loading, responsáveis pelo programa *Metagaming*, sobre esportes eletrônicos, ocorrida em dezembro. Todos se recusaram a compactuar com a censura vinda da direção do canal, que buscava impedi-los de fazer jornalismo – neste caso, divulgar notícias de interesse de seu público, que contrariavam potenciais interesses comerciais do empregador (*leia na pág. 8*). Agiram com coragem e integridade, e recebem todo o apoio deste Sindicato.

Como noticiado no último *Unidade*, iniciaremos o ano articulando o apoio à iniciativa adotada pela Fenaj de taxaço das grandes plataformas, visando a criar

um fundo de apoio ao jornalismo. Nesta edição, o perfil da categoria traduz as consequências do domínio econômico das multinacionais da tecnologia sobre o ambiente da comunicação em termos de perda de postos de trabalho.

O fato é que o jornalismo resiste. Um exemplo é o nosso Sindicato, que, mesmo em um ano de pandemia, viu crescer o seu número de filiados. Isso expressa a vontade de uma categoria de defender a dignidade de seu trabalho, seus salários, seus direitos, suas condições de exercer a profissão. O jornalismo é responsável por atender o direito do cidadão à informação, ofício vital diante dos desafios que se colocam para o Brasil. Em 2021, estaremos firmes para prosseguir nesta missão. ■

Diretoria do Sindicato dos Jornalistas Profissionais no Estado de São Paulo

Correção:

No artigo “Em defesa do jornalismo profissional”, publicado na última edição, à pág. 16, a citação correta é ao *Jornal GGN* (e não GNN).



UNIDADE

ÓRGÃO OFICIAL DO SINDICATO DOS JORNALISTAS PROFISSIONAIS NO ESTADO DE SÃO PAULO

EXPEDIENTE

Diretora responsável Priscilla Chandretti
Jornalista Adriana Franco **Edição de arte** Fábio Bosqué **Capa** Yan Boechat (foto)
Revisão Cláudio Soares

CONSELHO EDITORIAL

Carlos Mello, Cinthia Gomes, Decio Trujillo, Fábio Bosqué, Laerte Coutinho, José Hamilton Ribeiro, Juca Kfoury, Larissa Gould, Laurindo Lalo Leal Filho, Márcia Regina Quintanilha, Maria Inês Nassif, Mônica Zarattini, Pedro Zavitoski Malavolta e Rodrigo Vianna.

Artigos assinados não refletem necessariamente a opinião do jornal ou do SJSP.

Rua Rego Freitas, 530 – Sobrelaja. CEP 01220-010. São Paulo – SP Tel: (11) 3217-6299

DIRETORIA EXECUTIVA

Presidente Paulo Zocchi **Secretária-geral** Cândida Vieira **Secretário de Finanças** Cláudio Soares **Secretário do Interior** José Eduardo de Souza **Secretária de Comunicação e Cultura** Priscilla Chandretti **Secretário de Relações Sindicais e Sociais** André Freire **Secretária de Sindicalização** Lílian Parise **Secretária Jurídica e de Assistência** Evany Sessa **Secretária de Formação Sindical e Profissional** Érica Aragão

DIRETORES DE AÇÃO SINDICAL

Alan Rodrigues, Ana Flávia Marx, Ana Mina-deo, Cláudia Tavares, Clélia Cardim, José Augusto Camargo, Marlene Bergamo, Michele Barros, Raphael Salomão, Ricardo Vital, Sérgio Kalili, Solange Melendez e Thiago Tanji

COMISSÃO DE REGISTRO E FISCALIZAÇÃO DO EXERCÍCIO DA PROFISSÃO (CORFEP)

Eduardo Viné, Flávio Carrança e Jorge Araújo

DIRETORES REGIONAIS

ABCD Cadu Bazilevski **Bauru** Sérgio Paes **Campinas** Marcos Rodrigues **Piracicaba** Patrícia Sant'Ana **Ribeirão Preto** Aurení Meneses **Vale do Paraíba, Litoral Norte e Mantiqueira** Fernanda Soares **Santos** Solange Santana **Sorocaba** Fabiana Caraméz

DIRETORES DE BASE DO INTERIOR

ABCD Jô Miyagui, Peter Suzano, Roberto Parizotti e Vilma Amaro **Bauru** Antônio Ramos, Ricardo Santana, Sérgio Borges e Tânia Brandão **Campinas** Leila de Oliveira e Ricardo Andrade **Piracicaba** Adriana Ferezim, Gustavo Franco Annunziato, Martin Vieira Ferreira e Paulo Roberto Botão **Ribeirão Preto** David Radesca, Nilton Pinati Júnior e Sérgio Sampaio **Santos** Carlos Alberto Ratton, Carlos Norberto Souza e Reynaldo Salgado **Sorocaba** Abner Laurindo e Pedro Jorge Courbassier **Vale do Paraíba, Litoral Norte e Mantiqueira** Edvaldo Antonio de Almeida, Rita de Cássia Dell Aquila e Victor Cruz

CONSELHO FISCAL

Amadeu Mémolo, João Marques, Luigi Bongiovanni e Norian Segatto

COMISSÃO DE ÉTICA

Fábio Venturini, Franklin Valverde, Joel Scala, Rodrigo Ratier e Rose Nogueira



sjsp.org.br



unidade@sjsp.org.br



/JornalistasSP



/SindicatoJornalistasSP



@JornalistasSP

DESTAQUE

Jornalistas encaram tarefa árdua de preservar salários e direitos

2020 se encerra com negociações em torno dos acordos e convenções coletivas mantidos pelo Sindicato

As vésperas da publicação desta edição, uma assembleia de jornalistas que trabalham em empresas de jornais e revistas do interior, do litoral e da Grande São Paulo aprovou a proposta enviada pelo sindicato patronal: reajuste salarial a partir de 1º de dezembro e preservação dos direitos previstos na Convenção Coletiva de Trabalho.

A data-base do segmento é 1º de junho. O reajuste de 2,05%, correspondente ao INPC, incidirá em salários, pisos salariais e vale-refeição/vale-alimentação. As demais cláusulas econômicas não tiveram reajuste. E os valores do acréscimo no 13º salário poderão ser pagos em quatro parcelas.

Em um momento extremamente defensivo para os trabalhadores, e no segmento mais fragilizado entre as empresas de comunicação, a manutenção de todas as cláusulas e a reposição da inflação nos salários e nos valores voltados à alimentação (com a alta expressiva em itens básicos como o arroz e a carne) foram consideradas positivas.

“Os jornalistas sofreram nos últimos anos com o descuido destas empresas em preservar e valorizar o seu patrimônio humano. As redações estão extremamente enxutas, com os jornalistas trabalhando dobrado”, avalia José Eduardo de Souza, secretário de Interior do Sindicato dos Jornalistas de São Paulo (SJSP).

Solange Santana, diretora regional do Sindicato em Santos, lembra que nesse segmento a aplicação da Medida Provisória 936, com a imposição pelas empresas de “acordos” individuais de redução de salários e jornadas, foi generalizada, e muitos profissionais correm o risco de contrair a covid.

Cenário difícil

O final do ano de 2020 concentrou boa parte das negociações realizadas pelo SJSP. Além da convenção relativa aos profissionais das empresas de rádio e TV, cuja data-base é 1º de dezembro, as campanhas salariais dos segmentos de jornais e revistas, tanto da capital quanto do interior (com data-base em 1º de junho em ambos os casos), foram adiadas, e as negociações começaram em novembro.

Estava em curso em dezembro, também, a campanha unificada dos trabalhadores da Empresa Brasil de Comunicação (EBC), com data-base em 1º de novembro, e foi concluída a negociação com a TVT – TV dos Trabalhadores. Na Rádio e TV Cultura, segue o impasse com a direção da Fundação Padre Anchieta e com o governo do estado: os funcionários insistem na renovação da Convenção Coletiva, e acumulam cerca de sete anos de perdas salariais.

Em todas as negociações, as preocupações centrais são as mesmas: defender as condições de trabalho da categoria, ou seja, preservar os salários e a íntegra dos acordos ou convenções coletivas.

NO SEGMENTO DE JORNAIS E REVISTAS DO INTERIOR, CONSEGUIMOS GARANTIR TODAS AS CLÁUSULAS E REAJUSTAR OS SALÁRIOS PELO ÍNDICE DA INFLAÇÃO

“As empresas falam, como sempre, que o cenário é difícil, complicado, mas da nossa parte temos a consciência de que nosso sacrifício já fizemos. Em 2020 nós trabalhamos sob risco, em razão da pandemia, e sob constante ataque do governo federal, que despreza a democracia e o trabalho jornalístico. E ainda tivemos de engolir a redução dos salários, da forma mais dura possível”, avalia Thiago Tanji, diretor do Sindicato e jornalista da Editora Globo.

O acordo conquistado no interior abre uma boa perspectiva para o conjunto da categoria, na opinião de Paulo Zocchi, presidente do SJSP e jornalista da Editora Abril. “Pela situação que conhecemos dos impressos no interior, esse acordo sinaliza um patamar mínimo, que não podemos aceitar reduzir nas demais negociações. Não há justificativa.”

Rádio e TV: empresas propõem 0% e fim de PPR

É por isso que a proposta do sindicato patronal de rádio e TV, de reajuste zero e fim do programa de participação nos resultados (PPR) ou abono, é considerada um “disparate”, por Sergio Kalili, diretor no SJSP e editor na RedeTV!. Esse é o segmento de comunicação menos atingido pela crise gerada pela pandemia e pela queda de arrecadação em publicidade (ver *Unidade* nº 407). Na RedeTV! os jornalistas ficaram oito meses com salário reduzido em 25%, enquanto a emissora recebia incremento nos recursos vindos dos governos federal e estaduais e empresas estatais.

“Eu e meus colegas ficamos indignados, porque, pelo menos na Rede TV!, houve aumento na audiência, segundo levantamentos do Ibope. As pessoas passaram a buscar TVs e rádios para se informar. A gente teve um crescimento de anunciantes de envergadura, públicos e privados, tanto é que aumentou a duração dos *breaks*”, diz Kalili.

A proposta patronal foi rechaçada em assembleia no dia 14 de dezembro, e as negociações seguem. Os jornalistas enviaram uma contraproposta: reajuste pela inflação (5,2%) mais 1,5%, para começar a recompor perdas impostas pelas empresas na campanha salarial de 2015-2016, a inclusão de um item a respeito do *home office* (com controle de jornada e um valor para custear gastos dos profissionais com luz, internet e telefone) e mudança na cláusula que trata das escalas do final de semana, que, como é hoje formulada na Convenção Coletiva, gera prejuízo ao trabalhador.

Jornais e revistas da capital

No segmento de jornais e revistas da capital, a categoria havia decidido, em maio, propor a prorrogação das cláusulas da Convenção que se encerravam em meio à aplicação da MP 936 pela maioria das empresas, e foi acordada a validade até dezembro. “Durante todo o tempo, os jornalistas mantiveram um diálogo coletivo constante, entre os colegas e com o Sindicato, para que pudéssemos passar por isso da maneira menos difícil possível”, lembra Tanji.

Esse diálogo tem sido frequente, mesmo durante a pandemia. Zocchi relata: “Tem havido uma presença significativa, representativa de diversas redações, nas assembleias virtuais. Há um interesse, um engajamento, o que mostra que os jornalistas estão atentos à defesa das suas condições de trabalho e de vida”.

“Passamos por esse momento difícil com a cabeça erguida, e a gente convida todos a se associarem ao Sindicato, para que possamos enfrentar isso juntos, em condições de seguir brigando por melhores condições de trabalho”, avalia José Eduardo. ■

Confira as novidades das negociações em: bit.ly/CampanhasSJSP



CONHEÇA AS FORMAS DE MENSALIDADE DO SINDICATO DOS JORNALISTAS DE SP

PARA ACERTAR SUA FORMA DE CONTRIBUIÇÃO, ENTRE EM CONTATO:
atendimento@sjsp.org.br ou (11) 94539-9699

PROPORCIONAL

para jornalistas com vínculo empregatício

1% DO SALÁRIO

com TETOS de
R\$ 38 para o Interior, Litoral e Grande SP
R\$ 60 para a Capital

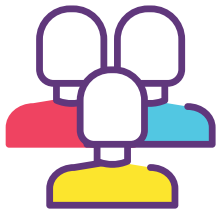
FIXA

R\$ 38 Interior, Litoral e Grande SP
R\$ 60 Capital

SOLIDÁRIA

Quantia voluntária com valor suplementar

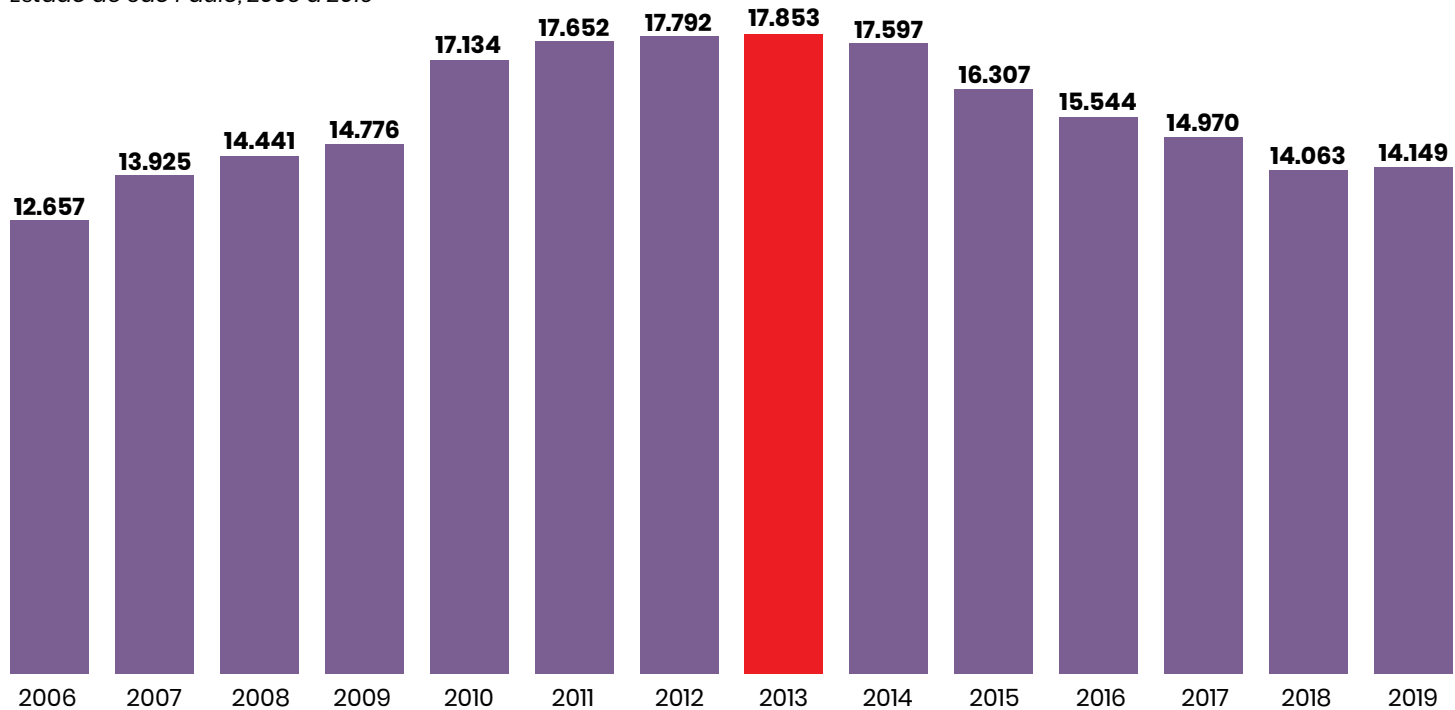
PERFIL



EVOLUÇÃO DOS POSTOS DE TRABALHO

O gráfico mostra o número de trabalhadores formais registrados em funções jornalísticas

Estado de São Paulo, 2006 a 2019



Apesar do aumento de 0,6% em comparação com 2018, a redução ante o ano de 2013 (o pico) foi de **20,7%**

Fonte: Rais – ME. Elaboração: Dieese

RETRATO DA CATEGORIA

PERFIL APRESENTADO PELO DIEESE MOSTRA REDUÇÃO DE EMPREGOS NA ÚLTIMA DÉCADA E INDICA GRANDE NÚMERO DE PROFISSIONAIS SEM CONTRATO DE TRABALHO FORMAL

por Priscilla Chandretti



é que, em 2020, volte a haver queda, veja na pág. 6).

A informação é de levantamento do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese) que ajuda a entender quais são os principais desafios da categoria.

O estudo, feito para o Sindicato dos Jornalistas Profissionais no Estado de São Paulo (SJSP), usou dados da Relação Anual de Informações Sociais (Rais) 2019 e do Novo Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Novo Caged) 2020.

Por isso, os números destas páginas tratam apenas do mercado formal. Ao comparar a Rais de 2017 com a Pesquisa Nacional de Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua) do mesmo ano, vê-se que a primeira indica 14.970 profissionais – exclusivamente com vínculo empregatício –, enquanto a segunda aponta

em dez anos, os empregos formais para jornalistas profissionais diminuíram 17,42%. Na última década, nossa categoria passou por um aumento de vagas até atingir o pico em 2013, e enfrentou, a partir de então, o encolhimento do mercado de trabalho, chegando a 2019 com 2.985 postos a menos na comparação com 2010. Isso, mesmo se o número apresenta praticamente uma estagnação em relação a 2018 (e a tendência

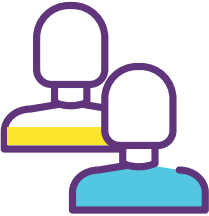
cerca de 33 mil, em situações que também incluem trabalhadores sem carteira, autônomos e outras posições ocupacionais. Aqui, cabe notar que a PNAD recolhe uma amostra e extrapola os números para o universo populacional, por isso ela é potencialmente mais imprecisa que a Rais.

Essa é uma das primeiras indicações a partir do estudo: entre os profissionais com contrato formal e aqueles que efetivamente exercem uma atividade autônoma, quantos assalariados estão trabalhando sem carteira, ou com fraude do vínculo empregatício imposta pelo empregador?

Pode ser o caso, por exemplo, dos repórteres fotográficos: o levantamento mostra apenas 104 deles com registro em carteira, 1% do total. Claro, esse número não corresponde de fato aos profissionais que trabalham para empresas jornalísticas. E as consequências dessa prática sobre as condições de vida e de trabalho desses jornalistas, além de medidas para enfrentar a situação, são um debate urgente no nosso Sindicato.

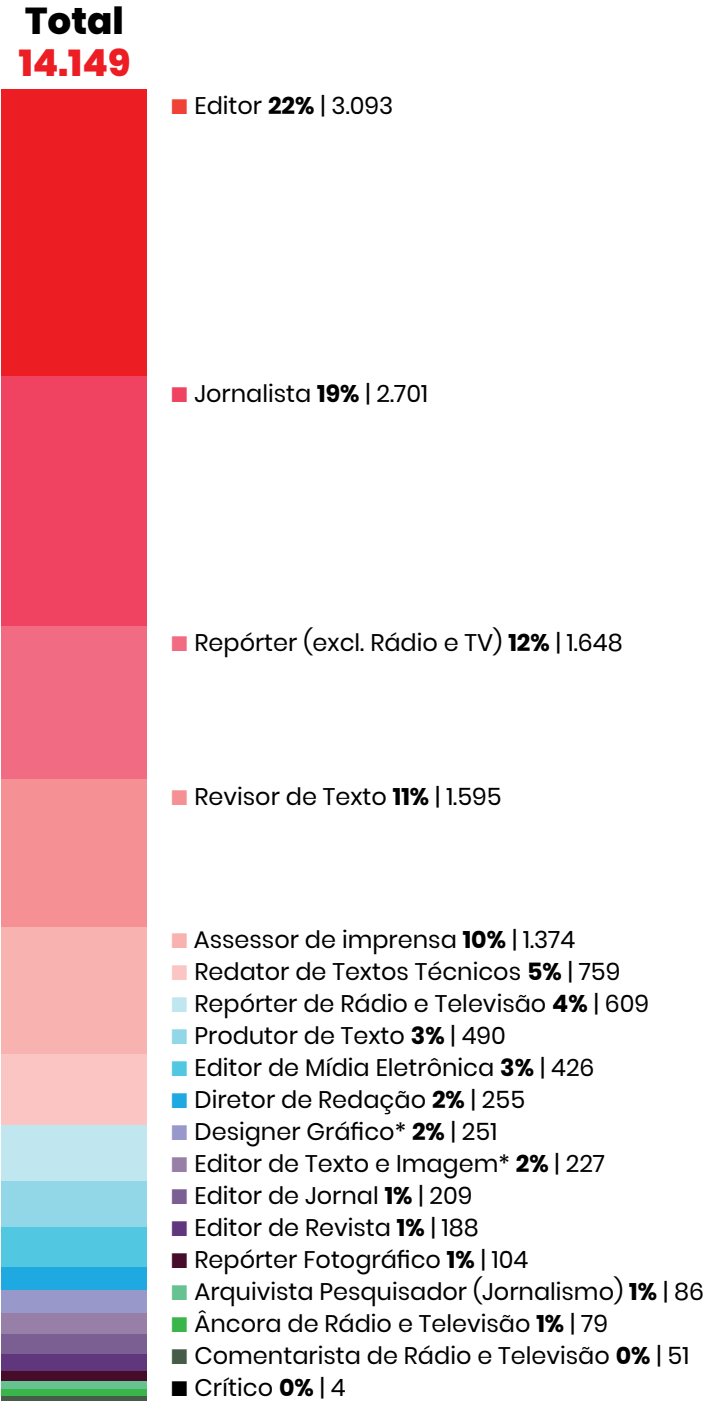
Presença de jovens

O levantamento mostrou que 28% dos profissionais têm entre 18 e 29 anos. Considerando-se que, quanto mais jovem, mais recentemente aquele jornalista passou a atuar na profissão, é possível entender que cerca de um quarto da nossa categoria foi

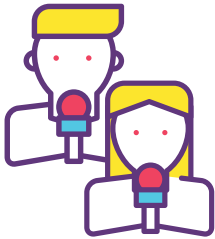


FUNÇÕES JORNALÍSTICAS

Quando organizados por ocupação, os profissionais são registrados, principalmente, como editores, jornalistas e repórteres – Estado de São Paulo, 2019

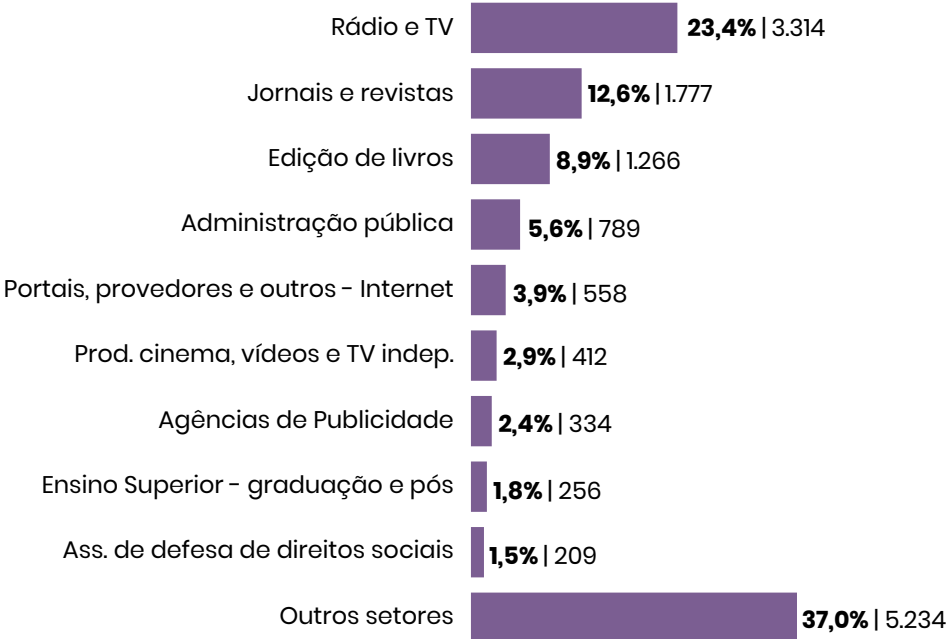


* ocupações somente para os setores de jornais e revistas, e rádio e tv
Fonte: Rais – ME. Elaboração: Dieese

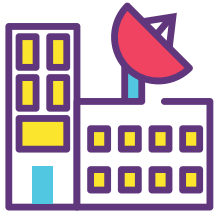


SETORES QUE EMPREGAM

O jornalista encontra trabalho em um grande número de ramos econômicos Estado de São Paulo, 2019

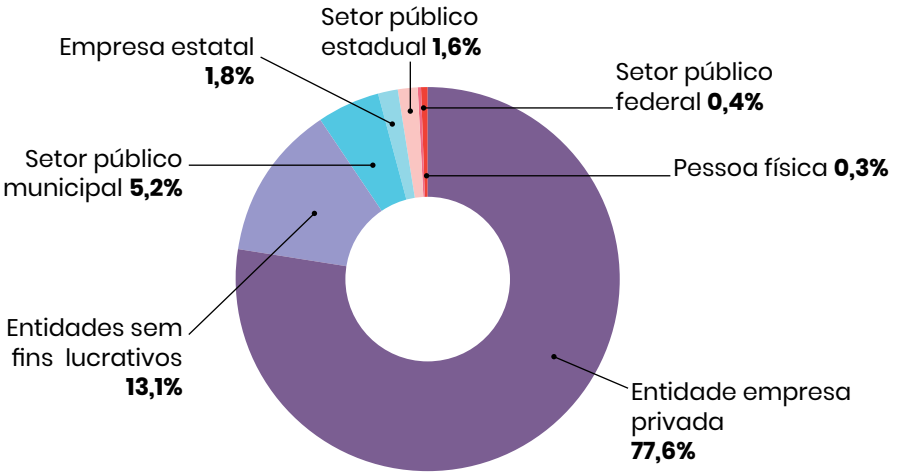


Fonte: Rais – ME. Elaboração: Dieese



NATUREZA JURÍDICA

As empresas privadas são, de longe, as principais empregadoras Estado de São Paulo, 2019



Fonte: Rais – ME. Elaboração: Dieese

contratada justamente nesse período de forte retração de vagas. Essa redução de vagas veio acompanhada, portanto, de uma redução da presença dos jornalistas mais experientes, com salários mais altos (por exemplo, a faixa etária de 50 a 64 anos, hoje com participação de 12,8% na categoria, tem remuneração média de R\$ 10.801,80), enquanto a contratação privilegia jornalistas mais novos, que recebem próximo ao piso salarial, com médias de R\$ 2 mil a R\$ 4 mil. (A faixa etária com presença mais forte, 38%, é a de 30 a 39 anos, com remuneração média de R\$ 6.429,10).

Representação efetiva do SJSP

Os dados sobre os setores econômicos que empregam jornalistas (acima, à direita) mostram que o Sindicato representa formalmente, com convenções coletivas de trabalho que reconhecem essa representação e estabelecem direitos como pisos salariais, pelo menos 36% da categoria, aqueles que estão em emissoras de rádio, tv, jornais e revistas. O SJSP tem também acordos com empresas públicas e de outros setores, e age em defesa dos jornalistas de forma geral (como no combate à violência ou pela garantia da jornada especial), mas tem um caminho a percorrer especificamente em redações que hoje se encontram em outros ramos da economia, como em portais, provedores e outros serviços de internet.



Uma correção necessária

Quem comparar os números deste perfil com o que publicamos no *Unidade* de janeiro de 2020 verá que há um aumento no universo retratado. Isso ocorre porque, agora, corrigimos um erro no levantamento, que havia deixado os diagramadores de fora. Isso ocorreu pelo seguinte: o trabalho é feito com base na Rais (Relação Anual de Informações Sociais), emitida pelo Ministério da Economia, a partir das relações formais de emprego (trabalhadores com registro em carteira). Para que o Dieese trace o perfil da categoria, temos de definir quais números de CBOs (código brasileiro de ocupações) correspondem a funções jornalísticas. Acontece que só algumas funções estão reunidas no código 2611, que corresponde a “profissionais do jornalismo”, no qual não há, por exemplo, nem diagramadores ou designers, nem profissionais de rádio e TV. Então, é preciso pesquisar outras áreas para achar códigos que correspondam a jornalistas. Acabamos deixando erradamente de fora a CBO 7661-20 (editor de texto e imagem) e 2624-10 (desenhista industrial gráfico/designer gráfico). Nestes casos, a dificuldade é que há grande número de profissionais fora do jornalismo que aparecem na Rais (como publicitários). A solução achada foi considerar só os que trabalham em empresas de comunicação. É uma solução de aproximação, mas que fornece um resultado final confiável para a pesquisa.

PERFIL

EMPREGO E RENDA

Jornais e revistas puxam redução dos postos de trabalho

Desde 2010, as redações de jornais e revistas, em todo o estado, foram reduzidas em 58,5%. Eram 4.281 jornalistas contratados neste segmento há 11 anos, enquanto em 2019 eram apenas 1.777 profissionais.

A retração no setor também se deu sobre os salários: a remuneração média apresentou perda real de 11%. Em 2019, essa média foi de R\$ 6.883,59. “Já a massa salarial encolheu 63% em termos reais, no período, acompanhando o movimento de intensa queda do nível de emprego e, consequentemente, redução da folha de pagamentos das empresas”, afirma o levantamento do Dieese.

No mesmo período, a base de jornalistas em empresas de rádio e TV cresceu 29,3%, tendo chegado a 3.314 profissionais em 2019, ano em que a remuneração média foi de R\$ 9.460,00.

Neste segmento, a massa salarial aumentou 39,9% em termos reais, já que o nível de emprego subiu, e a remuneração média teve ganho real de 8,2% (observação: isso não é equivalente a dizer que houve ganho real no conjunto dos salários dos jornalistas, já que nas negociações entre sindicatos dos trabalhadores e das empresas, há perda no período de 4,5%; a remuneração média leva em consideração o total de valores recebidos, o que vai além do salário-base, e é influenciada caso parte dos profissionais tenha recebido promoções ou tenha sido contratada por valores altos).

Estes gráficos que caminham em sentidos opostos mostram que as emissoras de rádio e TV mantiveram sua robustez frente à crise econômica, que se apresenta de forma aguda no setor de jornais e revistas, decorrente da forte presença de gigantes da tecnologia digital como Google e Facebook no mercado publicitário. Como a edição passada do *Unidade* mostrou, enquanto a fatia da verba publicitária drenada pela *big techs* subiu drasticamente, a fatia de jornais e revistas caiu e a de rádios e TV abertas se manteve mais ou menos parada. Tudo indica, essa situação econômica tem consequências fundamentais sobre o emprego e a renda dos jornalistas.

O Sindicato dos Jornalistas afirma reiteradamente às empresas que, ao cortar o emprego e a renda daqueles que produzem a notícia, o efeito é o de desinvestir no próprio produto oferecido. Ao contrário, investir nos jornalistas significaria reforçar a relevância dos jornais e reconquistar ou manter o interesse do leitor pagante. E, junto com a Fenaj, propõe às empresas e à sociedade a necessidade de taxação das multinacionais digitais, com a criação de um fundo público de fomento ao jornalismo.

Movimentação do emprego durante a pandemia

A relação entre novas admissões e demissões, ao longo dos meses de janeiro e outubro de 2020, obtida a partir dos dados do Novo Caged 2020, permite uma avaliação inicial sobre o impacto da pandemia do novo coronavírus no emprego dos profissionais do jornalismo. E o que os resultados mostram é que a redução de postos de trabalho continua: são 271 a menos.

O impacto maior é no interior, com saldo negativo de 189 jornalistas, no segmento que já tinha um universo menor (eram 5.161 em 2019, enquanto na capital o número era de 8.988). Cabe notar que também a remuneração média do interior é menor, com R\$ 4.578, ante R\$ 7.941 na capital.

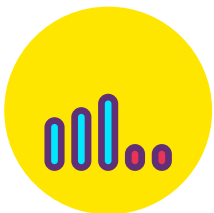
Mesmo frente à pandemia, o setor de rádio e TV segue preservado, inclusive tendo gerado 70 novos empregos, enquanto o de jornais e revistas, apresentou perda geral de 160 vínculos.



REDUÇÃO DE 58,5%
a partir de 2014,
o emprego e a
massa salarial
apresentam
queda vertiginosa



QUASE 40%
é o aumento na
massa salarial
puxado, principal,
pelo crescimento
de postos de
trabalho



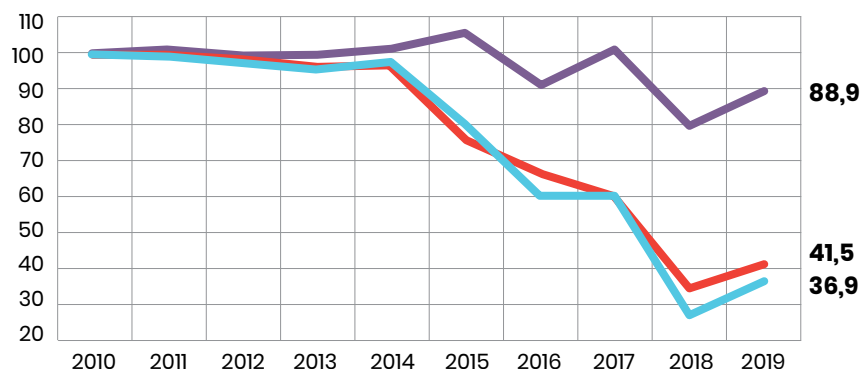
MENOS 271 POSTOS DE TRABALHO,
com impacto
maior em abril,
em seguida
às primeiras
medidas de
contenção da
covid

EVOLUÇÃO EM JORNAIS E REVISTAS

O gráfico faz a comparação anual de emprego e renda no setor, tendo 2010 como ponto de partida
Estado de São Paulo, 2010 a 2019

Índice de remuneração e do emprego 2010=100

■ Emprego ■ Remuneração real média ■ Massa real



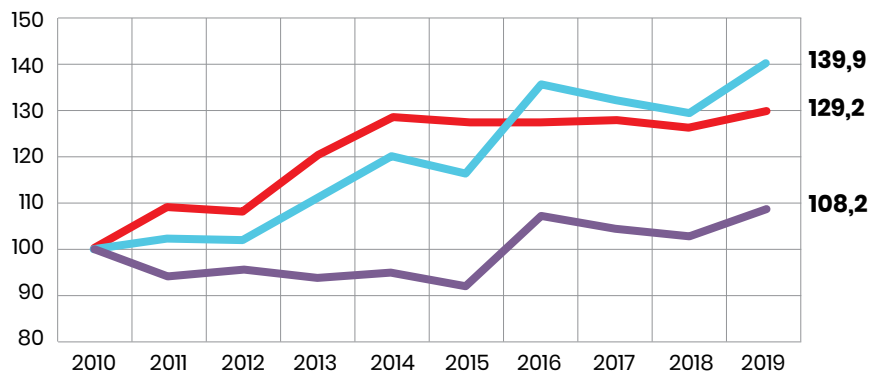
Fonte: Rais – ME. Elaboração: Dieese

EVOLUÇÃO EM RÁDIOS E TVS

Dados apontam para crescimento do setor ao longo da década
Estado de São Paulo, 2010 a 2019

Índice de remuneração e do emprego 2010=100

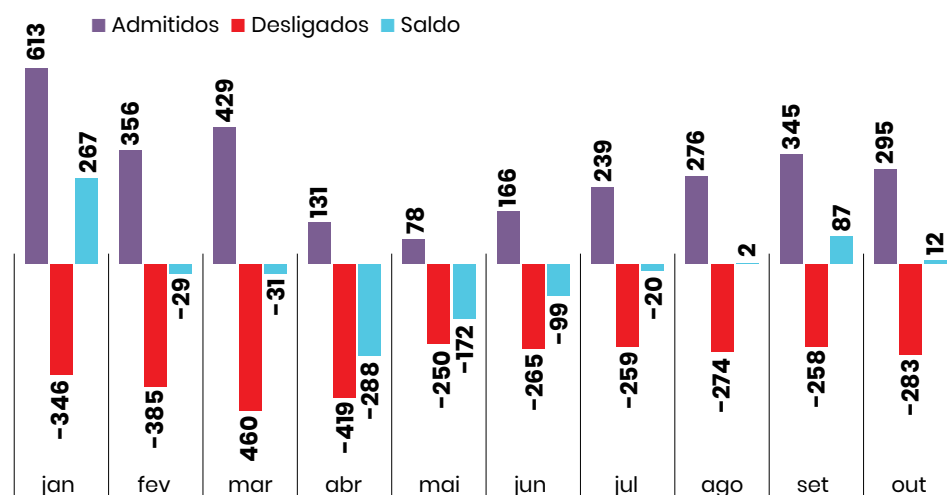
■ Emprego ■ Remuneração real média ■ Massa real



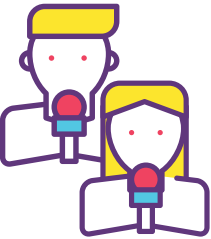
Fonte: Rais – ME. Elaboração: Dieese

EFEITOS DA PANDEMIA NO EMPREGO

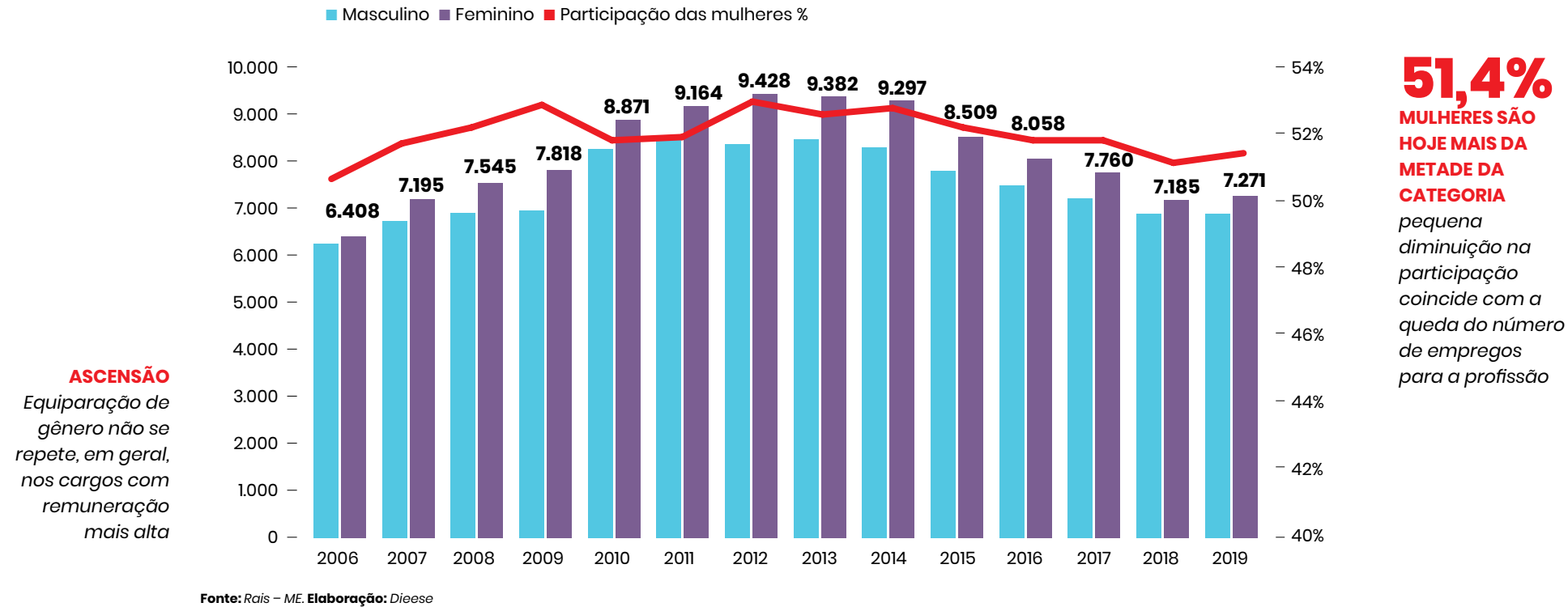
Registro mensal de admissões, desligamentos e o saldo resultante, de janeiro a outubro
Estado de São Paulo, janeiro a outubro de 2020



Fonte: Rais – ME. Elaboração: Dieese – Nota: os resultados incorporam ajustes de declarações fora do prazo. Dados sujeitos a alteração



PARTICIPAÇÃO FEMININA NAS REDAÇÕES
Elas são maioria da categoria, mas a percentagem caiu nos últimos anos
Estado de São Paulo, 2006 a 2019



GÊNERO

Mulheres têm presença maior e salário menor

As mulheres são 51,4% da categoria. Essa equidade aparente nos postos de trabalho passa longe quando tratamos de salário: a remuneração média recebida por elas em 2019 foi de R\$ 6.090,40, enquanto a dos profissionais do sexo masculino era de R\$ 7.374,50. Ou seja, elas recebiam apenas 82% da remuneração recebida por eles.

Quando o levantamento do Dieese detalha o número de mulheres e de homens e suas remunerações em cada uma das funções jornalísticas delimitadas no Código Brasileiro de Ocupação, é possível perceber que essa desigualdade salarial se dá em dois níveis. Primeiro, se a categoria é dividida ao meio em termos de gênero, o mesmo não acontece quando falamos de empregos com maiores salários: aí, de forma geral, há menos mulheres. Ao mesmo tempo, há diferenças significativas nas médias salariais entre trabalhadores e trabalhadoras que ocupam o mesmo tipo de cargo.

Assim, entre os trabalhadores registrados como “Editor”, por exemplo, há 1.695 homens com remuneração média de R\$ 7.916,90, e 300 mulheres a menos, com média menor, de R\$ 7.745,30. Entre *designers* gráficos, a diferença ultrapassa R\$ 1.500.

A situação reproduz, na nossa categoria, o que acontece no mercado de trabalho nacional. “A regra é que qualquer ocupação, em qualquer setor econômico, em qualquer faixa salarial ou nível de formação, as mulheres vão receber menos que os homens, mesmo nos setores considerados tipicamente femininos, como saúde ou educação”, afirma Adriana Marcolino, do Dieese.

A REMUNERAÇÃO MÉDIA DAS JORNALISTAS MULHERES É MENOR, EM COMPARAÇÃO À DOS HOMENS, EM 18%

Para ela, existe uma desvalorização monetária da força de trabalho da mulher. “Há todo um debate de que a qualificação, melhoraria a renda da mulher, mas estudo do Dieese mostra que, quanto mais aumenta o grau de formação, maior é o *gap* em relação ao salário do homem”.

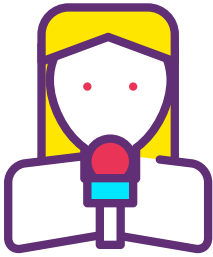
Segundo Adriana, nossa sociedade entende que mulheres têm algumas habilidades específicas que são “naturais”, entre elas a capacidade de cuidar. Então, é também natural que o trabalho doméstico, reprodutivo, de cuidado, seja destinado às mulheres. “Uma trabalhadora que precisa dar conta da casa, dos filhos, vai ter mais dificuldade de inserção profissional. Ela vai ter que encontrar um trabalho com horários compatíveis com os da creche, por exemplo.”

A carreira profissional feminina é, geralmente, entrecortada por uma série de eventos com relação à questão reprodutiva, com impacto na remuneração. Ela exemplifica: “Eu estou num emprego em que tenho progressão na carreira, mas saio para a licença-maternidade, ou sou demitida depois disso [como acontece com mais de 50% das mães nos primeiros dois anos após o parto, segundo a Fundação Getúlio Vargas]. Quando volto ao mercado de trabalho, vou para o final da fila”.

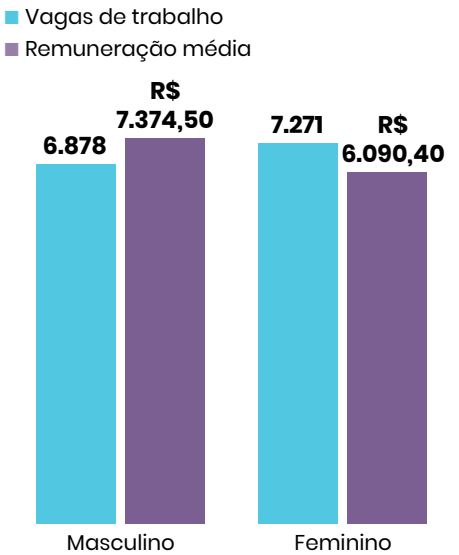
Márcia Viana, secretária da Mulher Trabalhadora da CUT São Paulo, lembra que, em momentos de crise como o que estamos vivendo, as mulheres são as primeiras a serem demitidas, assim como os negros e os jovens. Isso por si é um efeito perverso do machismo no mundo do trabalho, mas também um dos fatores pelo qual a evolução salarial da mulher é constantemente interrompido.

Ela aponta que a maternidade, ou a possibilidade de a trabalhadora vir um dia a ficar grávida, é algo visto pelas empresas como uma oportunidade para pagar menos, para demitir. “Nós temos um presidente machista, que já disse que mulher tem que ganhar menos porque ela engravida”, lembra Márcia.

A dirigente cutista defende que “é preciso quebrar essa cultura de discriminação de gênero e de raça, que existe em todo o mundo. É importante os sindicatos sempre tentarem incluir nas convenções coletivas de trabalho cláusulas que tratem de salário igual para trabalho igual, do auxílio-creche, da licença parental compartilhada. Essa é uma luta intensa e contínua”.



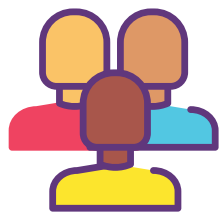
COMPARAÇÃO ENTRE VAGAS E SALÁRIOS
Distribuição dos vínculos das profissões típicas do jornalismo, por sexo e remuneração média
Estado de São Paulo, 2019



Total de vagas: 14.149
Remuneração média: R\$ 6.714,60

Fonte: RAIS – ME. Elaboração: DIEESE

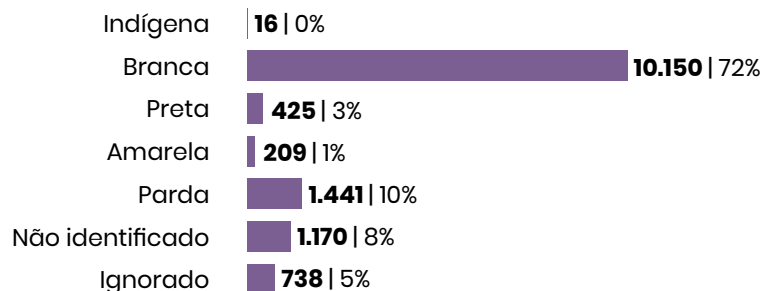
PERFIL

DESIGUALDADE RACIAL
EM EMPREGOS E SALÁRIOS

Estado de São Paulo, 2019

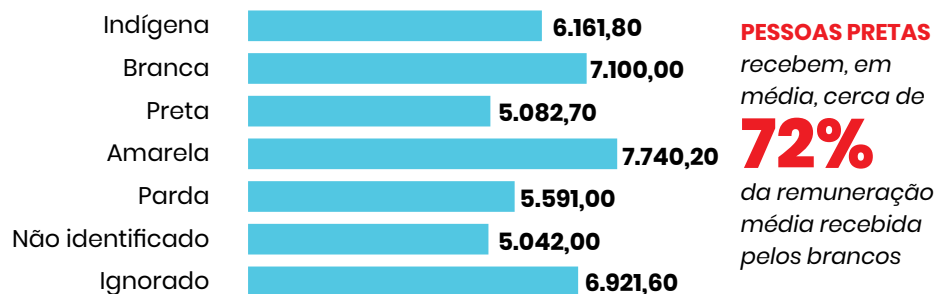
FALTA DIVERSIDADE

Vagas ocupadas em 2019, por raça/cor



E FALTA EQUIDADE

Remunerações médias em 2019, por raça/cor, em R\$



Fonte: Rais – ME. Elaboração: Dieese

CORE RAÇA

Pretos e pardos
são só 13%

Uma hegemonia branca nas redações: são 72% dos jornalistas contratados. O retrato apresentado pelo levantamento do Dieese converge com o cenário nacional: setores com maiores salários (a partir de três salários mínimos, ou R\$ 3.135,00) como bancos, montadoras – e o jornalismo – são majoritariamente brancos. E setores com os piores salários, como telemarketing, segurança, limpeza urbana, são majoritariamente negros.

É dessa forma que se organiza, na sociedade brasileira, uma desigualdade brutal: “Segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua) 2019, negros recebem em média 57,33% do valor médio que as pessoas brancas recebem. E a mulher negra recebe 43,4% em relação ao homem branco”, nos explicou Mário Rogério, coordenador do Censo de Diversidade Racial do Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdades (CEERT).

Para Mário, a dificuldade de negros terem acesso a empregos mais bem remunerados tem a ver com os processos de recrutamento e seleção. “O negro tem de mostrar o dobro da *expertise* do branco, para ter o reconhecimento equivalente.”

Flávio Carrança, diretor do Sindicato e coordenador da Comissão de Jornalistas por Igualdade Salarial (Cojira-SP), adiciona outros fatores. “Como na redação são quase todos brancos, de classe média, dificilmente suas redes de relações vão incluir gente negra da periferia, ou mesmo gente negra de classe média, e isso influencia na contratação. Além disso, os poucos negros e negras estão na base, com salários mais baixos”, afirma, o que reforça o quadro apresentado por Mário.

“Eu também tenho a percepção de que há uma presença maior de profissionais negros em vagas sem vínculo empregatício, precarizadas, e também na chamada imprensa independente, como em jornais e sites da periferia”, avalia Flávio. Essa atuação não aparece na Rais.

O jornalista lembra que, em 2017, a Cojira fez um seminário que indicou propostas de ação do movimento sindical frente às empresas, como a inclusão de cláusula de combate à injúria racial nos acordos coletivos da categoria e estabelecimento de cotas mínimas de 30% de jornalistas negras e negros. “São pontos em que precisamos avançar, assim como um diálogo com os profissionais que atuam sem o vínculo, para elaborar propostas para esse segmento”, conclui. ■

SINDICAL

Jornalismo se
faz com liberdadeCaso Loading: grupo de jovens jornalistas se une para
defender a independência do exercício da profissão

por Thiago Tanji

Em 2015, o Allianz Parque sediou a final de um campeonato que atraiu milhares de torcedores para as suas arquibancadas, além de espectadores por todo o país. Mas não estamos falando daquela histórica vitória do Palmeiras contra o Santos na Copa do Brasil, com direito a gol de pênalti do goleiro Fernando Prass. Meses antes, em agosto, o estádio localizado na zona oeste de São Paulo foi palco da final do Campeonato Brasileiro de League of Legends (CBLOL), um dos mais famosos *games* competitivos (ou *esports*).

De olho em um público que acompanha as partidas online em plataformas como o Twitch e o YouTube, canais tradicionais da mídia também começaram a realizar a cobertura desse novo tipo de competição: SporTV e ESPN são algumas das emissoras esportivas que contam com equipes para cobrir os *esports*.

Com a expectativa de produzir esse tipo de conteúdo especializado, profissionais vindos de diferentes estados e com passagens por veículos tradicionais foram contratados pelo canal Loading, cujos donos compraram a concessão da antiga MTV Brasil em 2013 – nos últimos anos, o canal se chamava Ideal TV.

“Fomos contratados no início de novembro, com a atraente proposta de fazer jornalismo em um programa diário sobre esportes eletrônicos, algo inédito na televisão brasileira, chamado *Metagaming*”, escrevem os jornalistas em carta aberta que está disponível no site do Sindicato.

Na nova empresa, que ocupou a estrutura física da MTV Brasil, os jornalistas se depararam com problemas: equipamentos defasados e de baixa qualidade, infraestrutura ainda em implantação, ausência de ferramentas básicas de trabalho e protocolos sanitários insuficientes diante da pandemia.

Mas o que motivou a mobilização dos jornalistas logo na estreia do canal ocorreu por algo muito mais grave: por dois dias consecutivos, a direção da empresa interferiu diretamente no trabalho jornalístico da equipe, contestando pautas que conflitavam com os interesses econômicos da empresa – uma dessas reportagens exibiu a entrevista de uma equipe de League of Legends que criticava o modo de organização da Riot, que é dona do *game* e uma das parceiras comerciais do canal Loading.

“Explicamos que, como jornalistas, devemos noticiar o que precisa ser mostrado,

sejam fatos bons ou ruins. Não iríamos fechar os olhos para erros, irregularidades e abusos que acontecem no nosso mercado e jamais nos furtaríamos a tocar em temas polêmicos, se necessário fosse”, afirmam os profissionais.

Após se reunirem e reivindicarem a independência do jornalismo e da liberdade de opinião, a equipe de dez jornalistas foi sumariamente demitida pela direção da empresa em um comunicado feito durante uma breve reunião.

Tão logo soube do ocorrido, o Sindicato entrou em contato com os jornalistas para demonstrar todo o apoio e formular de maneira conjunta a luta contra as medidas arbitrárias do canal. Após a realização de assembleias entre os profissionais demitidos, o Departamento Jurídico do SJSP iniciou uma negociação com a empresa, que resultou no reconhecimento dos direitos trabalhistas dos profissionais, além da proposta de uma indenização adicional diante das condições do desligamento.

Mais do que apoiar a atitude altiva dessa jovem equipe de jornalistas, o Sindicato defende historicamente o reconhecimento do direito à consciência, para que os jornalistas exerçam seu ofício de acordo com o respeito à ética e às técnicas da profissão.

“Fizemos uma escolha ao não nos dobrarmos à interferência editorial e não nos arrependemos dela. Mesmo que tal decisão tenha custado nossos empregos, para os quais entramos deixando posições consolidadas em outras empresas, nada paga a nossa consciência limpa”, pontuam os jornalistas em seu manifesto. ■

“NÃO IRÍAMOS FECHAR OS OLHOS PARA ERROS, IRREGULARIDADES E ABUSOS E JAMAIS NOS FURTARÍAMOS A TOCAR EM TEMAS POLÊMICOS, SE NECESSÁRIO FOSSE”

ENTREVISTA

Yan Boechat

“

É uma história que mostra a desigualdade do Brasil. E isso me motivou”. É assim que o jornalista Yan Boechat explica seu ímpeto de ir a Manaus fazer o ensaio fotográfico sobre as mortes domésticas por covid-19 que venceu o 42º Prêmio Vladimir Herzog de Jornalismo e Direitos Humanos, na categoria fotografia.

Radicado em São Paulo desde 1999, o jornalista carioca decidiu viajar ao Amazonas mesmo sem emprego, atrás da reportagem.

Não por acaso é conhecido como “repórter-raiz”, um profissional que vive da essência do jornalismo, da apuração de fatos no local onde acontecem.

Formado pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), é um jornalista multimídia – entrevista, escreve, filma e fotografa –, mas vê sua situação de forma crítica, e se define como um “um retrato acabado da precarização da nossa profissão”. Em sua carreira, já publicou seus trabalhos em veículos como *Folha de S. Paulo*, *O Estado de S. Paulo*, *O Globo*, *Veja*, *IstoÉ*, *Época*, *BBC*, *Deutsche Welle*, *Voice of America*, *De Morgen*, *Knack*. Atualmente, é repórter da TV Bandeirantes.

Boechat concedeu esta entrevista ao *Unidade* no início de dezembro, por videoconferência. Sem poder participar no dia, o repórter José Hamilton Ribeiro – que cobriu a Guerra do Vietnã, nos anos 60 – enviou duas perguntas, incorporadas ao conjunto.

Na conversa, Boechat fala sobre sua experiência como um dos principais repórteres de guerra brasileiros da atualidade. Explica como as forças bélicas censuram as informações jornalísticas, como busca manter sua independência na cobertura, mas revela um desencanto sobre a missão informativa dos jornalistas: “Fomos incapazes de produzir efeitos concretos na defesa dos mais básicos direitos em um conflito”.

ENVIADO ESPECIAL AO FRONT

por Adriana Franco,
Mônica Zarattini,
Paulo Zocchi,
Priscilla Chandretti e
Sérgio Kalili

Em Stepanakert, capital de Nagorno-Karabakh, Yan registra os destroços após bombardeio armênio FOTO: MARCUS YAM

ENTREVISTA



FOTOS: VAN BOECHAT

1

1. Corpo de combatente do Estado Islâmico em avenida de Mosul, Iraque, após expulsão do grupo, janeiro de 2017

2. Sniper curdo dispara contra posições do Estado Islâmico no deserto de Nínive, no norte do Iraque, novembro de 2016



2

“OUVI QUE EM MANAUS 30% DAS PESSOAS ESTAVAM MORRENDO EM CASA. COMPREI UMA PASSAGEM, CONSEGUI UM HOTEL, ALUGUEI UM CARRO E FUI DECIDIDO A ACOMPANHAR O RESGATE DOS CORPOS

O que significou para você receber a premiação do Herzog?

Fiquei super feliz. E não esperava, de verdade. A gente tem um histórico de premiação em fotografia que valoriza muito o momento da foto, e as fotos mais literais costumam ter mais vitórias. No Prêmio Esso, o ponto máximo é aquela foto, do Dida Sampaio, com a Dilma andando de bicicleta escrito Lava-Jato atrás. Há uma tradição, e eu não achava que aquela coleção de fotos seria premiada. O Herzog é o prêmio mais importante no Brasil hoje, então foi algo muito legal. Ainda mais que foi escolhido um ensaio, uma coisa que não acontece muito.

Como foi a sua ida para Manaus para fazer o ensaio premiado? O que te levou a fazer a cobertura daquela maneira?

Quando começou a covid na Ásia, não dei muita atenção. Acreditei que era uma gripezinha. Mas acompanho um podcast do *The New York Times* chamado “The Daily”, que fez uma entrevista com o repórter Donald McNeil Jr. (especialista em ciência e saúde). Quando ele começou a dar detalhes, fiquei impressionado e passei a acompanhar. Veio a Itália, e foi a primeira vez que a gente viu a pandemia atingindo as pessoas fora do ambiente hospitalar. Imaginei que, quando chegasse ao Brasil, a coisa seria muito devastadora, por conta das nossas condições de desigualdade, de falta de saneamento e da impossibilidade de fazer distanciamento.

Quando ocorreu a primeira morte, em meados de março, e começou o *lockdown*, eu não estava trabalhando para ninguém e decidi embarcar nessa cobertura de cabeça. Me deu uma ansia e uma necessidade de cobrir. Eu ia todo dia para a rua, mesmo que não tivesse nada. Acordava, pegava minha máquina e saía.

Primeiro, comecei a ir para o centro de São Paulo, e ficava perambulando, foto-

grafando. Ficava muito na cracolândia, porque achei que ia ser dizimada. Depois, fazia plantão na porta dos hospitais, conversando com as pessoas, e comecei a ir para o cemitério. Passei duas semanas indo para o da Vila Formosa, e lá consegui fazer a minha primeira matéria grande, porque percebi que o número de pessoas enterradas com suspeita de covid era dez vezes maior do que o número oficial de mortos pela doença. Fiz para a *Folha* e foi manchete. No Samu, descobri que tinha muita gente morrendo em casa em São Paulo. Fiz uma cobertura longa e consegui acompanhar algumas equipes do Samu, e fiz uma matéria para *O Globo*.

Nesse período, começou a surgir Manaus. Um dia, ouvi uma entrevista do Arthur Virgílio, prefeito, contando que 30% das pessoas estavam morrendo em casa. Naquele dia, comprei uma passagem, consegui um hotel, aluguei um carro e fui decidido a acompanhar o resgate dos corpos, porque era uma história inacreditável. No primeiro dia, tentei descobrir como a coisa funcionava, fiz umas entrevistas com a prefeitura. Fiquei depois acompanhando os caras que recolhiam os corpos. É uma história que mostra a desigualdade do Brasil. Quem não tem assistência fica absolutamente desamparado, a ponto de morrer em casa, e foi isso que me motivou.

Nessa pauta, você teve contato com situações agudas do ponto de vista humano. Como repórter, como você chegava ao lugar para fazer um trabalho em meio a essas situações?

Explicava quem era, me apresentava como jornalista, dizia que estava registrando o trabalho das pessoas recolhendo corpos, e que sabia que era difícil, mas era um momento histórico, e que, por mais difícil que fosse, era preciso registrar. Por incrível que pareça – e em São Paulo já tinha percebido isso –, a pandemia tem

um quê de clima de guerra. Nós, como jornalistas contadores de histórias e registradores da história, damos um certo sentido – ou as pessoas acreditam nisso – para essas mortes, muitas vezes sem sentido, e que não estão no curso natural da vida. Lembro de uma mulher em São Paulo que estava enterrando o pai, e, no final, agradeceu por eu estar ali. Ela disse: “Você me deixou menos solitária, e a morte do meu pai, pelo menos, tem algum sentido”. Claro que houve várias pessoas que disseram: “Sai, eu não quero você aqui”.

E qual era a sua reação quando não queriam a sua presença?

Eu ia embora e ficava do lado de fora, esperando a equipe retirar o corpo, porque não fazia mais sentido. Tem que rolar uma empatia, não dá para roubar uma foto dessas. Em outras situações, eu fotografaria. Se fosse um cara morto baleado na rua e a família gritando “não tira foto”, acho que fotografaria, mas nesse caso era uma coisa muito íntima, ter que entrar na casa das pessoas. Mas posso dizer que 80% delas me permitiram que eu entrasse e fotografasse.

Havia o medo de você pegar a covid? Você teve o mesmo medo de estar em uma guerra?

A relação foi bem parecida. Tomei todos os cuidados, mas sabia que estava correndo risco. E, no caso da covid, corria mais risco do que na guerra, porque na guerra eu tento ao máximo evitar que algo ruim me aconteça. Nesta cobertura, tinha certeza de que ia me contaminar, mas decidi assumir o risco. Se os médicos estavam nesta situação, como jornalista também tinha que correr esse risco. Fiquei com muito medo quando, pela primeira vez, entrei na UTI do Emílio Ribas e vi muita gente da minha idade. Sou gordinho, e então pensei: é muita gente igual a mim.

O que fazia era adotar sempre as práticas recomendadas. Máscara o tempo todo, luva, álcool em gel, e isso me preservou. Fiquei acompanhando algumas ambulâncias de Paraisópolis andando naquelas vielas e não me contaminei. No final, já achava que eu tinha me contaminado e estava assintomático, o que se provou errado depois. Acabei me contaminando na Armênia.

Me contaminei por fruto da estupidez e da autoconfiança. Testei no aeroporto ao chegar, e deu negativo. Mas, quando cheguei em Nagorno-Karabakh (região de conflito entre Armênia e Azerbaijão), virou uma chave. No primeiro dia, caíram umas bombas perto da gente, e você coloca colete à prova de balas, capacete, câmera e, com aquilo tudo, a máscara deixou de fazer sentido. Ninguém mais usava. De noite, nos hotéis, todo mundo ia para os abrigos subterrâneos, e era uma festa. Cometi erros muito básicos: abandonei os protocolos de segurança e peguei a doença. Nagorno acabou se transformando em um grande foco de contaminação de jornalistas.

Como funciona o financiamento das suas viagens para cobertura de guerra? Você vende as matérias antes e uma certa empresa financia a sua ida?

Já fiz de todas as maneiras. Quando estava na *IstoÉ*, fazia o seguinte acordo: me davam “folga” de um mês, sem descontar nada, e eu ia por minha conta. Fazia as matérias, entregava uma matéria de capa e compravam outras quatro matérias para outros veículos da casa. Com isso, conseguia pagar os custos e entregava o material. Tinha gente que me criticava porque eu viajava de graça – o que é verdade. E aceito essas críticas. No entanto, se não encontrasse caminhos, ia ficar com a minha bunda na cadeira.

Depois, comecei a vender as matérias antes. Fiz um acordo com a *Folha* para ir à Venezuela e fiz dez matérias com paga-

Yan Boechat



3

3. Menino simula uma arma com cabo de vassoura em área parcialmente destruída após expulsão do Estado Islâmico da parte oeste de Mosul, Iraque, dezembro de 2016

4. Comboio de civis deixa último reduto dominado pelo Estado Islâmico no leste da Síria, na região de Hadjin, janeiro de 2019



4

O FATO DE ESCREVER EM PORTUGUÊS, E DE SER DE UM PAÍS PERIFÉRICO, FACILITA, PORQUE HÁ POUCO ACOMPANHAMENTO. OS CARAS NÃO LIGAM PARA O QUE SAI NO BRASIL

mento antecipado. Para a Band, cheguei a fazer acordo de pagamento antecipado. Já fiz acertos de todas as maneiras possíveis; o que nunca fiz foi de exclusividade com ninguém. Então, eu tinha liberdade de vender para outros veículos, o que me dava margem para negociar.

Esse foi o caminho que encontrei para me manter repórter e continuar fazendo o que sempre gostei de fazer. Um monte de gente me critica, obviamente. E não tiro a razão da crítica, porque se vou para o Amapá, vou sozinho e faço tudo. Eu também me critico, e aceito a crítica. Eu sou reflexo e causa desse processo de depauperação da profissão. Mas não quero ser mártir, só quero fazer jornalismo.

Como você faz para entrar na zona de guerra?

Tentei ir para o Iraque em 2003 e não consegui. Hoje, está muito mais fácil acessar as áreas de combate do que em 2003, por exemplo. Existe uma rede muito grande de jornalistas, de *fixers*, de gente que atua nesta área e tem uma interconexão entre todo mundo. Existe um clube secreto no Facebook onde essa rede de pessoas está, e, para cada conflito, há um subgrupo do *Vulture Club* (Clube dos Urubus). Então, quando fui para Nagorno-Karabakh, contatei essas pessoas e me deram dicas de como fazer, e do que não fazer. E o grupo de jornalistas que cobre esses conflitos é pequeno. Então, você cria relações e as pessoas vão trocando informações. Em alguns países, existem redes bem estabelecidas; em outros, menos.

Na Armênia, foi muito difícil, porque é um país no qual há muito tempo não havia guerra. Então, não tinha essa figura do *fixer*, que é um tradutor que te leva para o campo de batalha, conhece a região, meio motorista e meio segurança. Muita gente teve dificuldades para encontrar esse profissional lá. Em outros países, como

o Iraque e a Síria, há uma rede ampla de *fixers*, e fica tudo relativamente mais tranquilo. Em geral, sigo este padrão básico: procuro onde conseguir as autorizações, procuro um bom *fixer*, pergunto onde é seguro ficar e onde não é.

Há uma frase clássica: “Quando começa a guerra, a primeira vítima é a verdade”. Como você enxerga a apuração de fatos ligada ao contexto da guerra?

Acho muito difícil. A primeira coisa a pensar é que toda guerra tem um discurso maniqueísta. A guerra da Síria e a guerra do Iraque contra o Estado Islâmico foram exemplos claros disso. E o jornalista é permitido em campo de batalha porque é visto como um instrumento de propaganda, senão não estaria ali. Estamos falando tanto do Talibã como do exército americano.

Quando você tem a permissão para ir ao *front* de batalha, só verá o que querem que seja visto, e evitarão que veja o que não querem. Claro que não dá para esconder a verdade de todo, porque as coisas ficam claras, mas existem elementos e maneiras que essas forças usam para coordenar o discurso e levar a narrativa para o lado deles. No Iraque, por exemplo, tudo era válido na campanha para tomar o Estado Islâmico e combater o mal absoluto.

Em Mossul (noroeste do Iraque), os americanos estavam atuando e ninguém podia dizer isso. Muitas vezes, viam-se as forças especiais americanas operando, e eles diziam: “Quem publicar uma foto das forças americanas dentro de Mossul está banido do *front*”. Para a maioria dos jornalistas – e principalmente os *freelancers* – estar banido significa que a guerra acabou. Quem está banido, não entra mais.

Há então uma censura imensa, que às vezes é quebrada. No caso de Mossul, um jornalista da *Der Spiegel* (revista semanal alemã) conseguiu registrar as torturas que eram sabidas contra os cidadãos, foi ba-

nido em seguida e nunca mais entrou. A *Der Spiegel* foi banida. Nenhum jornalista alemão pôde entrar no *front* por três semanas, e as pessoas ficavam sem trabalhar. Eu procuro focar nas histórias pessoais, e evito entrar em grandes discussões.

Muito jornalista comprou a ideia de que o Estado Islâmico é o mal absoluto, e de que vale tudo contra o mal absoluto. Mas esses mesmos jornalistas, muitas vezes, ficavam compadecidos e tristes quando viam os efeitos de bombas em Aleppo (norte da Síria). Na guerra, há todas essas inconsistências e contradições, e muitos jornalistas acabam abraçando essas narrativas. A única maneira de destruir isso é estudando História, lendo e tentando entender a origem desses conflitos.

Que artifícios você tem para garantir a independência de cobertura? Isso te preocupa?

O fato de escrever em português, e de ser de um país periférico, facilita, porque há pouco acompanhamento do que se faz. É diferente trabalhar para a CNN, para a BBC, para o *The Guardian*. Os caras não ligam para o que sai no Brasil, quando eu escrevo que os americanos estão matando todo mundo no Iraque. Fiz uma matéria para a *Época*, de seis páginas, dizendo isso. Se escrevesse no *The New York Times*, provavelmente, teria um monte de pressão. Não me preocupo muito, porque sou muito menos pressionado.

Por outro lado, dou um exemplo prático: na guerra do Iraque, era proibido fotografar soldado americano morto ou ferido. Não podia, e te expulsavam do *front*. Depois do segundo esporro e de me tomarem a câmera – e tive que falar com o serviço secreto para recuperar –, parei de fotografar. Minha narrativa visual passou a ser só de vítima civil. Consegui uma vez fotografar soldados mortos e feridos em uma batalha muito grande, em que

mais de 20 foram mortos, e então estavam completamente desorientados e acabaram deixando registrar tudo. Mas foi uma vez em sete meses de guerra.

Em cobertura de guerra, é frequente que você se sinta em risco de vida, em que possa tomar um tiro ou ficar sob uma bomba, ou costuma cobrir quando não há conflito aberto?

Eu vou nas duas situações, mas tenho mais medo e me exponho menos do que muitos outros. Vou para o *front*, e tento medir o máximo de risco que corro. Mas, quando se está em uma área de confronto, sempre há risco. As coisas podem dar errado e acontecem de forma aleatória. Tive muito mais experiências de “quase deu errado”, do que experiências de “vai dar errado”, mais experiências de uma bomba cair do meu lado, não me ferir, eu olhar e não ter acontecido nada – felizmente – do que experiências como “os caras estão chegando e vão me matar”. Mas conheço outros jornalistas brasileiros que se expõem muito mais. Me interessam os dois lados: tanto ficar lá na frente [no *front*] como atrás [mais protegido].

José Hamilton Ribeiro – Mesmo na guerra, os correspondentes arranjam um lugar para se reunir à noite. Os jornalistas de guerra se reúnem, são uma tribo, ainda que cada um só queira “foder” o outro, dando nos outros um furo cada dia. Mas na adversidade são solidários, como pude experimentar. Eles são uma tribo valente, altiva e guerreira, ou se trata de uma união de solitários, afinal, uma tribo infeliz, como alguns qualificam?

Eu acho que repórteres que cobrem conflitos fazem parte daquele tipo de tribo que vivencia experiências que a maior parte das pessoas nunca experimentou. Em geral, as pessoas têm imensa

ENTREVISTA

Yan Boechat



FOTOS: YAN BOECHAT

5

5. Enterro de homem morto pelo exército israelense durante protestos contra os 70 anos da criação de Israel, maio de 2018

6. Homens caminham no mercado aberto de Kabul, Afeganistão, outubro de 2019



6



PERGUNTAM SE EU SONHO COM AS CENAS, SE TENHO MEDO DOS TIROS. MAS NINGUÉM PENSA O QUÃO DIFÍCIL É IR À REUNIÃO DE CONDOMÍNIO DEPOIS DE PASSAR MESES COBRINDO UMA GUERRA

difficuldade em entender o que faz um sujeito largar o conforto do lar para ir a um canto do mundo colocar a vida em risco. E ainda mais dificuldade em entender os prazeres, os tipos de medo, os desejos e o que importa para um repórter no *front*. É bastante compreensível que não entendam.

E acho que os repórteres, muitas vezes, acabam tendo bastante dificuldade em retornar à vida comum, às misérias cotidianas. Para mim, essa é a parte mais difícil de todas. Muita gente me pergunta se eu sonho com as cenas, se eu tenho medo quando os tiros estão sendo disparados, se eu penso na morte. Mas ninguém pensa o quão difícil é ir à reunião de condomínio depois de passar meses cobrindo uma guerra. Então, ao final, acho que muitos de nós acabam voltando sempre para a guerra porque simplesmente não conseguem mais viver a vida simples. Tem muita gente solitária, infeliz, no *front*. Mas não acho que seja a regra. Eu tenho imenso prazer em rever os colegas que fiz, mesmo aqueles que me foderam – e não foram poucos – nas coberturas. No final, tudo termina no bar.

Quando as empresas e os veículos deixaram de investir em coberturas, enviando ao menos um jornalista de texto e um repórter fotográfico? Como isso afeta a própria imprensa?

Tem um monte de jornalista que faz matéria sobre a dura vida das mulheres na Sibéria que precisam cortar gelo para conseguir água, mas fazem isso sem sair de São Paulo. Esse é um ponto.

Depois vem a questão da opinião mesmo. As redes sociais fizeram a imprensa brasileira entender que opinião é um bom negócio para vender jornais, as tevês, as revistas. Nos últimos 15 anos – e vem se agravando cada vez mais –, perceberam que opinião é algo bom para vender, e vi-

ram, obviamente, que é muito mais barato produzir opinião. As pessoas ditam regra sobre tudo. Tem um milhão de comentaristas, que comentam desde a eleição do papa até a explosão no Líbano, sobre covid e depois sobre as eleições nos EUA, porque ficou fácil e é muito barato. E tem, cada vez menos, empresas apostando em fazer uma cobertura de verdade, mandando um repórter ao local, para sentir o cheiro, para olhar as coisas. É profundamente deprimente observar isso.

A reportagem vem perdendo espaço desde que eu estava na faculdade, e, agora, praticamente não tem mais espaço. O que importa agora é opinião. Os maiores jornalistas brasileiros hoje – e é injusto culpar o profissional, porque estamos no momento de uma crise sistêmica e quase estrutural – perceberam que ter e emitir opinião é a maneira mais fácil de sobreviver nessa carreira depauperada. O sonho de jovens jornalistas é serem comentaristas. E é uma loucura, porque o prazer dessa jogada é ter salvo-conduto para poder entrar em uma favela de Macapá, dominada pelo PCC, porque sou jornalista. Às vezes, vejo pessoas falando que sou repórter raiz, não sou repórter de redação ou repórter de escritório. Acabo ganhando louros por algo que é muito básico, que é ir lá, ouvir os dois lados e não pôr opinião.

Quando tem repórter pensando na audiência, vai dar tudo errado. Não tem como dar certo. Esse é um papel que não cabe a nós, jornalistas. O importante é a relevância do que estamos fazendo.

Para as entidades sindicais, a questão de segurança dos jornalistas é importante. Como você acha que podemos proteger melhor os jornalistas em situação de risco?

Dois mundos diferentes. Um é esse mundo em que a gente vive. Nesses conflitos

locais e domésticos, é possível ter protocolo de segurança, estabelecer o uso de equipamentos de segurança que mitigam os riscos. Então, em um confronto de rua, com um capacete e uma máscara de gás, dificilmente haverá um ferimento mais grave. Nos confrontos policiais com bandidos, precisa ter um bom colete, mas aqui no Brasil nem as polícias usam um colete que te proteja de verdade. Sem a placa balística, de carbono, não vai estar protegido.

Quando vai para fora do país, a questão financeira tem um impacto grande. Haverá desde jornalistas sem plano de saúde – como fui várias vezes, sem seguro de saúde nenhum, por falta de dinheiro – até a galera do *The New York Times*, que tem todos os planos de saúde possíveis, um *security adviser* em Nova York e um em campo, que é um paramédico hiperexperiente. Ter um paramédico é crucial. Basicamente, quanto mais dinheiro você tem, mais seguro você está.

Você já foi agredido em cobertura jornalística?

Algumas vezes. Uma vez apanhei de 13 caras da PM que me desceram a borracha. Foi em 2013, em um daqueles protestos. Havia um grupo de apoio que fazia assistência e dava os primeiros socorros, estavam espancando um dos meninos desse grupo, e fui fotografar. Estava fotografando, e o policial falou para eu sair. Respondi: “Estou trabalhando”, e continuei fotografando. Até fotografei ele me batendo! Ele falou: “Também estou”, e veio para cima de mim; 13 caras vieram, quebraram minha câmera, me bateram bastante, mas outros jornalistas começaram a gritar, fotografar, e os policiais me deixaram.

Entrei com uma ação. Fiz o boletim de ocorrência, fiz o exame de corpo de delito. Só que, no final das contas, eu queria representar contra a Polícia Militar, e não aceitaram. Queria que eu personificasse

o agressor, que eu o identificasse. Mas eu não queria personificar a agressão, por entender que não era um ato isolado, e sim uma política de Estado. Eu queria processar o Estado, mas não consegui. A delegacia aceitou a representação, porque você faz o B.O., que não significa nada, e tem seis meses para representar contra o agressor e potencial réu. O delegado falou que eu não poderia representar contra o Estado. Só poderia entrar com uma ação civil. Eu queria entrar com uma ação criminal contra a Polícia Militar. Depois, por intermédio do Sindicato, o Ministério Público abriu uma ação coletiva, e dei meu depoimento público.

José Hamilton Ribeiro – Para mim, o jornalista de guerra é um guerreiro, cujo trabalho tem preciosa função social. Um inibidor de violência, e um ser humano pronto a denunciar o que vir de crueldade, torpeza, uso abusivo da força etc. Digo sempre: guerra é ruim; mas guerra, sem repórter presente, é pior ainda.

Já fui mais otimista sobre o nosso papel. Hoje não sou mais. Acho que os jornalistas são capazes de inibir a violência em situações muito isoladas, em momentos raros. No macro, acho que a História mostrou que fomos incapazes de produzir efeitos concretos na defesa dos mais básicos direitos em um conflito.

Acho também de extrema arrogância jornalistas da minha geração se arvorarem dessa missão. Acreditar nisso hoje, com a imprensa enfraquecida como está, é desmerecer o trabalho da geração que cobriu o Vietnã, as guerras na América Latina, os Bálcãs, as guerras de independência africana...

Hoje a barbárie, acho, é ainda maior. Eu pude ver como milhares de civis foram dizimados pela aviação americana em Mosul, no Iraque. Como o governo de Assad massacrava milhares de pessoas em Aleppo, na Síria. Vemos como as polícias no Brasil massacram as populações pobres, negras, periféricas. Como a tortura dos anos de chumbo que scandalizou a classe média e a intelectualidade brasileira segue inalterada nas bordas desse Brasil tão desigual. Nada mudou. Fomos e somos incapazes de frear a barbárie no sentido mais amplo. Aqui e ali, sim, ajudamos a conter pequenos episódios de violência. Mas os drones e os *spin doctors* venceram a guerra. ■

SINDICAL



CADU BAZILEVSKI



DIVULGAÇÃO



MAURICIO GARCIA DE SOUZA



PEDRO FRANCA - AG SENADO

José Américo e Leonardo Sakamoto (acima), Patrícia Zaidan, Juca Kfour e Maria José Braga (ao lado), Eduardo Suplicy, Fernando Moraes e Orlando Silva (abaixo) estão entre os que se posicionaram contra a decisão da Abril de exigir a volta de Paulo Zocchi ao trabalho, impedindo-o de exercer plenamente o mandato sindical

Campanha reúne parlamentares e jornalistas pelo direito à organização sindical

Abril cassou a liberação sindical sem prejuízo de vencimentos do presidente de nosso sindicato

Por Adriana Franco

Nos últimos dois meses, as atividades do Sindicato dos Jornalistas Profissionais no Estado de São Paulo (SJSP) foram realizadas com muita dificuldade, depois que a Editora Abril convocou o presidente da entidade, Paulo Zocchi, que é seu funcionário, a voltar ao trabalho na empresa. O retorno se deu em 30 de outubro, encerrando cinco anos de liberação sindical sem prejuízo de vencimentos.

Desde então, as campanhas salariais e assembleias não contam com a dedicação exclusiva de Zocchi. As negociações salariais só tiveram a sua presença em virtude de cláusula existente na Convenção Coletiva de Trabalho que garante aos diretores do Sindicato a liberação de um dia por mês para a realização de atividades sindicais.

Zocchi é também vice-presidente da Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj). Uma assembleia da categoria em outubro decidiu realizar a campanha #AbrilRespeiteoSindicato, para que a empresa volte atrás na medida antissindical.

Ataque ao SJSP

Jornalista sindicalizado, o vereador reeleito por São Paulo Eduardo Suplicy (PT) acredita que o presidente do Sindicato tem a atribuição de estar em contato com todos os jornalistas que representa e, para que possa exercer o mandato, a Abril precisa garantir-lhe esse direito. “A mim parece de bom senso que a Abril deva reconside-

rar essa decisão, para que o conjunto dos jornalistas e todos os que trabalham na Editora Abril tenham um representante sindical que possa realizar de maneira bem feita o seu trabalho” afirma Suplicy.

A manifestação de Suplicy soma-se a outras que a campanha tem recebido de centrais sindicais (CUT e Força Sindical), parlamentares, sindicatos, entidades democráticas e redações. Seis ex-presidentes do SJSP encaminharam carta conjunta à Abril, e a atual presidente da Fenaj, Maria José Braga, também se somou à campanha.

O deputado estadual José Américo (PT), que também é jornalista, protestou na Assembleia Legislativa de São Paulo contra a atitude arbitrária da Editora Abril. “Em um ataque ao Sindicato dos Jornalistas – porque o Sindicato tem questionado [a empresa] pelas irregularidades trabalhistas –, a Editora Abril fez isso [cassou a liberação sindical] com o presidente Paulo Zocchi”, disse Américo.

O deputado federal Orlando Silva (PCdoB) posicionou-se no Congresso Nacional e por meio de moção enviada à Abril. Em vídeo que divulgou, afirma: “A medida atinge em cheio a capacidade de ação e organização da categoria, por isso registrei, na Câmara dos Deputados, uma moção de apoio à manutenção da liberação do Paulo Zocchi para o exercício do seu mandato sindical sem prejuízo de vencimentos e direitos até agosto de 2021”.



DIVULGAÇÃO



JEFFERSON RUDY/AGÊNCIA SENADO



LUÍS MACEDO CÂMARA DOS DEPUTADOS



DIVULGAÇÃO

Nem na ditadura militar

Os jornalistas Fernando Moraes, Juca Kfour, Eugênio Bucci, Paulo Moreira Leite, Patrícia Zaidan e Leonardo Sakamoto foram alguns dos ex-funcionários da Abril que se expressaram. Seus depoimentos reforçam que a atitude da Abril teve caráter antissindical.

Para Fernando Moraes, a empresa cometeu uma “barbaridade” ao impedir que o

presidente do SJSP exerça seu mandato sindical, exigindo que Zocchi dê expediente. Segundo ele, a Abril não havia cometido tal ato nem mesmo durante a ditadura militar. Moraes, ex-editor-assistente de *Veja* e ex-repórter especial da *Playboy*, foi vice-presidente do Sindicato na gestão de David de Moraes (1978-1981). “Isso é inadmissível e a categoria não pode aceitar”, reitera.

Juca Kfour lembra que dois jornalistas da própria Abril, Audálio Dantas e David de Moraes, foram eleitos presidentes da entidade e liberados para cumprir o mandato sindical. Audálio presidiu o Sindicato de 1975 a 1978 e Moraes dirigiu a entidade em seguida.

O ex-secretário editorial da Abril, Eugênio Bucci, destacou o aspecto tradicional da liberação sindical na democracia brasileira e afirmou que “quando uma empresa se recusa a fazer a cessão do presidente do sindicato, estamos diante de, mais do que uma medida administrativa, uma medida coercitiva, de um veto e de um ato que pode ser caracterizado como uma interdição política”.

Paulo Moreira Leite, que atuou por 17 anos na empresa, afirmou que Abril “tenta perseguir o movimento sindical e atacar o resíduo de organização independente que se expressa através do antigo editor e atual presidente do Sindicato, Paulo Zocchi”. Patrícia Zaidan, em seu depoimento, classificou a medida da editora como “um boicote, uma rasteira contra os direitos dos trabalhadores e a nossa categoria”. Leonardo Sakamoto ressaltou que o mandato de representação sindical é incompatível com o trabalho diário na redação. “Como alguém pode estar em negociações coletivas com patrões e em reuniões para garantir direitos dos trabalhadores das empresas de jornalismo sem um afastamento remunerado? O presidente tem o direito legal à estabilidade desde a sua eleição e, como ele tem o dever de representar, deve ser garantido a ele também a manutenção de seus vencimentos”, diz. ■

SEIS EX-PRESIDENTES DO SJSP ENCAMINHARAM CARTA CONJUNTA À ABRIL, QUE TAMBÉM RECEBEU MOÇÕES DAS CENTRAIS SINDICAIS CUT E FORÇA SINDICAL, SINDICATOS, REDAÇÕES E ENTIDADES DEMOCRÁTICAS

ARTIGO

EXISTE VERDADE FACTUAL SEM JORNALISMO?

por Eugênio Bucci

Era uma vez, no partido.

Faz uns trinta anos, por baixo. Estávamos numa sede do PT em São Paulo. Instalações modestas. O chão de tacos não combinava com escrivainhas acinzentadas e as carteiras escolares de fórmica branca, com armações de metal em preto fosco. Mais de vinte circunstantes se acomodavam meio que de qualquer jeito. Os que estavam no centro, usavam as carteiras. Outros, numa beirada, se recostavam nas mesas. Um terceiro grupo se mantinha de pé, contornando a reunião.

Era de noite. Na pauta, a ideia de lançar um jornal de esquerda em São Paulo, articulado por jornalistas ligados ao PT. Numa das cadeiras centrais, Perseu Abramo, de gravata, prestava atenção. A mão no queixo acentuava os vincos no rosto. Ele tinha o hábito de pedir a palavra só ao final e, quando pronunciava a primeira sílaba, o silêncio dos demais o reverenciava.

De pé, olhos apertados, Raimundo Pereira escutava as teses revolucionárias dos companheiros. Ouvia-se “imprensa burguesa” pra cá, “grande mídia” pra lá, “democratização dos meios de comunicação” pra todo lado. Os discursos prenunciavam o futuro magnífico do semanário, em que “nossos” intelectuais desbancariam o embuste dos jornalões.

O levante jornalístico-operário-estudantil já raiava no céu da pátria, com seus artigos chatos e revolucionários, quando Raimundo falou, com objetividade matemática. Disse que o jornal não deveria se ocupar de opiniões, em que pese revolucionárias, mas de reportagens, para contar as histórias que o poder escondia e revelar os números que o mesmo poder sonegava. E advertiu:

— Revolucionária é a informação! A informação!

O orador erguera um pouco acima da cabeça as duas mãos, que oscilavam para a frente e para trás, no ritmo das palavras, em eloquência gestual. Se havia algo que uma redação jornalística poderia fazer em vez de se pavonear por ser de esquerda, era apurar, checar, cruzar, traduzir, relatar, editar, explicar, interpretar e publicar informação. Saudações, Raimundo. Aquele abraço.

Nas poltronas da Esplanada.

Faz uns quinze anos, talvez um pouquinho mais. O local desta vez é uma repartição pública em Brasília. A bandeja do cafezinho vem e vai. Mesmo quem toma sem açúcar sente o doce na borda da xícara, que não foi lavada direito. Altos funcionários da República, em número não superior a meia dúzia, discorrem sobre o mal que a “grande imprensa” causa à imagem dos ministros e, logicamente, ao Brasil. Logo se vê que se trata de um corpo burocrático integrado por *experts* em *media criticism*, para os quais o governo é a mais sublime tradução do Brasil. Falam em “mídia hegemônica” e “guerra de narrativas”. Dever de informar? Nunca. Alegam que o “nosso” governo tem, isto sim, o “direito” de usar meios estatais para difundir “argumentos” a seu favor. Se a

“mídia hegemônica” força as “narrativas” para derrubar o governo, o Estado que revide e force as “narrativas” para o lado oposto. Afinal, a verdade resulta da média aritmética entre duas distorções.

Um mérito público.

Tristemente, alguns expoentes da esquerda tropical sucumbiram a rasputins extemporâneos. Assim como o rei Édipo mandava chamar Tirésias quando não sabia o que fazer, andaram convocando marqueteiros com ares de adivinhos. Deu no que deu.

O que nos redime é que o mal do rasputinismo não foi absoluto. Muita gente íntegra não se dobrou. Dilma Rousseff não se dobrou. Em três lances históricos, seu governo se antepôs às mentalidades manipuladoras. O primeiro, a Lei de Acesso à Informação, deu mais vitalidade à cultura democrática no interior da máquina pública e impôs mais rigor ao dever do Estado de *informar* a sociedade. Saiu ganhando o direito à informação, como comprovam os muitos repórteres que obtiveram informações preciosas graças à nova lei.

O segundo lance foi a Comissão Nacional da Verdade. Com ela, pudemos avançar na apuração *estritamente factual* das graves violações dos direitos humanos cometidas por agentes de Estado durante a ditadura militar. Ganhou de novo o direito à informação. Perderam, ao menos

um pouco, os que pretendem sepultar a História junto com os cadáveres esquartejados de desaparecidos políticos.

O terceiro lance veio com o Marco Civil da Internet, outra vitória do governo Dilma, que consagrou a privacidade, a liberdade de expressão e a neutralidade de rede como princípios da comunicação digital: o direito à informação prevalece sobre interesses econômicos ou governamentais. Um bom nome para isso é democracia.

O plágio como tragédia.

No livro *Mein Kampf*, de Adolf Hitler, lançado em 1925, a verdade não passa de um produto fabricado pela propaganda, o resto é conversa mole de intelectual. O *best-seller* nazi enxovalha a imprensa e – paradoxo – tripudia sobre os burgueses e os pequenos burgueses. O líder do “nacional socialismo”, oportunista e fraudulento, cimentou seu ideário de extrema direita com um palavreado inspirado na literatura socialista, o que gera tergiversações de má fé até hoje. Recentemente, um ministro brasileiro declarou que o nazismo era de esquerda. Com essa afirmação, reeditou a mania hitlerista de falsificar a História. O nazismo nunca foi de esquerda, mas dizer que o nazismo tenha sido de esquerda é uma fraude tipicamente nazista.

O nazismo acabou, mas sua pestilência continua. O *Mein Kampf* é o manual de redação da indústria das *fake news* – manual



que ninguém assume publicamente, ainda que, outro dia, um secretário de Cultura do atual governo, ao fazer um pronunciamento oficial em vídeo sobre “arte nacional”, tenha imitado Goebbels, num vexame tão desclassificado que lhe custou o posto. Os nazistas enrustidos se apresentam como defensores da liberdade e, em mais uma confusão retórica que se filia à propaganda do Terceiro Reich, acham que os disseminadores de desinformação caluniosa estão em pé de igualdade com profissionais de imprensa.

No dia 28 de maio de 2020, o presidente da República foi até a entrada do Palácio da Alvorada para atacar, aos berros, o inquérito do Supremo Tribunal Federal que desbaratou páginas que fabricavam e distribuíam mentiras, declarações de ódio e ofensas nas redes sociais:

— Querem acabar com a mídia que tenho a meu favor!

Está tudo aí. Na visão do governante, as *fake news* são uma “mídia” como outra qualquer. Em seu vocabulário, a opinião baseada em fatos e o discurso de ódio baseado em infâmias têm o mesmo estatuto moral.

Um breve juízo de fato.

Autoritários gostam de repetir que não existem fatos, apenas versões. Com isso, reafirmam a fantasia obtusa de que nenhuma forma de realidade (nenhum princípio de realidade) pode abalar sua convicção (ou seu princípio de prazer sádico). Alguns desses estelionatários do debate público querem usurpar o pensamento de Friedrich Nietzsche – e, também nisso, imitam os nazistas.

Como se sabe, o filósofo alemão disse que “não há fatos, somente interpretações”. Ocorre que, quando escreveu essa frase, Nietzsche não pretendia rechaçar a existência de acontecimentos reais, apenas contestar os positivistas, que se julgavam os verdadeiros (e únicos) intérpretes dos fatos, em nome dos quais brandiam sua intrançigância bélica. Foi contra essa impostura filosófica que Nietzsche se insurgiu, o que fica nítido quando relemos o trecho inteiro, que está nos “fragmentos póstumos”:

— Contra o positivismo, que atesta ao fenômeno, “só existem fatos”, eu objetaria: não, justamente não há fatos, somente interpretações. Não podemos constatar nenhum *factum* “em si”: talvez seja um *nonsense* querer este tipo de coisa.

Nada mais óbvio. Fatos só podem ser relatados quando apreendidos na linguagem daquele que os observa e, portanto, os interpreta. Nada mais certo. Coisa muito diferente é dizer que tudo o que existe não passa de uma “versão”, como dizem os seguidores tardios dos métodos de comunicação prescritos por Adolf Hitler.

Há quem acredite que o êxito clínico da hidroxiquina contra a covid-19 é diretamente proporcional ao entusiasmo com que o governante fala do medica-

OS NAZISTAS ENRUSTIDOS SE APRESENTAM COMO DEFENSORES DA LIBERDADE E ACHAM QUE OS DISSEMINADORES DE DESINFORMAÇÃO CALUNIOSA ESTÃO EM PÉ DE IGUALDADE COM PROFISSIONAIS DE IMPRENSA



mento. Para esses, o vírus (um fato) não pesa, a substância química (outro fato) também não, e as políticas públicas sérias e responsáveis são coisa de “maricas”; só o que terá peso para reverter a pandemia é a propaganda, ou seja, a torcida organizada, as claque e as milícias virtuais. O problema do sujeito que acredita nisso não é propriamente ideológico, mas cognitivo – ele não entende o que seja o estatuto dos fatos, isso não lhe entra na cabeça. Em seu juízo raso, a obstinação da vontade, em forma de propaganda, move montanhas de fatos, extingue vírus letais, extermina o comunismo e “cura” os gays, como num gibi ruim de super-herói fajuto.

A política no meio disso.

Fatos. Não há política sem eles. No ensaio *Verdade e política*, Hannah Arendt diz que “os fatos e os acontecimentos são a própria textura do domínio político”. Isso significa que a política não é pensável a não ser como um tecido cuja substância tem parte com o princípio de realidade. No horizonte da democracia, a ação política reúne as pessoas em torno de seus impasses comuns, coletivamente percebidos e concebidos como fatos, com o objetivo compartilhado de discutir, entre consensos e dissensos, soluções racionais e viáveis. A política na democracia supõe o reconhecimento dos fatos, da alteridade e da busca de acordos racionais.

Se tiramos os fatos da política, o que vai sobrar? Quase nada. Não sobra sequer a política. Se, nos debates entre os cidadãos reunidos em público, não houver mais a referência aos fatos, a própria razão terá sido sacrificada, pois esta, desde os pré-socráticos, é o pensamento que observa os fatos para ultrapassar a barreira das credulidades e do obscurantismo, que são irracionais. Logo, uma política sem fatos é também uma política irracional – e, como essa expressão, política irracional, é uma contradição em termos, resulta evidente que a política sem fatos não é mais política, mas fanatismo.

Disso decorre que negar os fatos, além de ser uma forma extremada de negar a razão que os conhece, constitui um ataque frontal contra a política e contra os padrões de convivência em que somos solicitados a nos reconhecer como sujeitos racionais, iguais em direitos e dignidade. O negacionismo só pode ser interpretado nessa chave: mais do que a negação da covid-19, do desmatamento, do racismo, do aquecimento global, da esfericidade da Terra, da desigualdade social ou da natureza do nazismo como coagulação de extrema direita, é uma forma de rejeição da capacidade coletiva de apreender racionalmente o que se passa e de estabelecer pontes de entendimento. O negacionismo substitui a autonomia do sujeito pela obediência ao chefe. O negacionismo repudia a civilização.

Uma pergunta.

Não há democracia se não houver política e não há política se não houver padrões civilizados de convivência e modelos racionais de conhecimento dos fatos. Mas, se a política democrática pode existir, e pode, nem que seja como projeto em construção, a quem ela atribui a função social de verificar os fatos?

É claro que qualquer pessoa pode atestar que existe um buraco no meio da rua. Qualquer pessoa pode detectar um fato. Mas, na complexidade das interações que envolvem a sociedade civil e o Estado, os atores aos quais se requisita a verificação social dos fatos não são cidadãos aleatoriamente sorteados sem critério: são atores institucionais. Nesse sentido, é bem reduzida a lista dos sujeitos institucionais que são encarregados de verificar os fatos e sobre eles dizer a verdade.

A Justiça integra essa lista. Uma sentença bem fundamentada ou uma petição bem elaborada vêm amparadas em razões de direito e em razões de *fato*, sem o que não se faz justiça. Peritos e testemunhas ajudam nisso. Os historiadores também são chamados a examinar os fatos, basta ver a participação central que tiveram na Comissão Nacional da Verdade. Os procedimentos científicos também lidam com fatos. A Filosofia, de seu lado, pensa sobre a natureza da verdade e assim dá vida à razão que vai conhecer a dimensão dos fatos.

Hannah Arendt, quando arrolou aqueles a quem cabe dizer a verdade sobre os fatos, mencionou ainda os repórteres. Não há como discordar dela. A Justiça verifica os fatos no longo prazo, a História os recupera a *posteriori*, a ciência faz isso num laboratório, mas só a imprensa tem meios para reportar os fatos *enquanto eles acontecem*, pois só ela, com seu método socialmente legitimado e seu alcance público e universal, dispõe dos recursos discursivos credíveis para registrar em público os acontecimentos, sejam eles a declaração de um presidente biruta, uma descoberta científica ou uma falcatura nas contas públicas.

Eis por que a democracia inventou a liberdade de imprensa e, dentro dela, o jornalismo. Não há outro método, simplesmente não há. A imprensa não entrega a verdade acabada a ninguém (isso é um mito mercadológico), mas, ao manter acesa e pública a discussão criteriosa sobre os fatos e os acontecimentos, protege os cidadãos e a sociedade contra a mentira, sobretudo contra aquela que vem do poder.

Para cumprir seu papel, jornalistas evitam se associar ao poder, mesmo quando virtuoso. Pelas mesmas razões, repelem as formas dogmáticas de olhar o mundo, sob o risco de perderem aquilo que os torna fundamentais. Os dogmas partidários são ruins porque são dogmas, além de partidários; os dogmas da extrema direita são piores, porque são antidemocráticos e antijornalísticos.

Verificados por meios legítimos, os fatos fornecem a base mais sólida e a baliza mais confiável para o diálogo político, mas, ao mesmo tempo, são o que há de mais frágil. O poder tem meios de escondê-los e, quando não limitado, consegue desaparecer com seus indícios. Marcantes e fugidios, os fatos mudam a nossa vida e depois somem da nossa memória – a gente se esquece deles, assim como se esquece do endereço das sedes do PT na cidade de São Paulo. Nesse campo, a fortaleza e a fugacidade são o mesmo ente. Pensemos na missão do jornalismo, que consiste em *informar sobre os fatos e oferecê-los ao debate público para que a sociedade fiscalize e critique o poder*: o que pode haver de mais grandioso e de mais vulnerável?

Disso decorre, por fim, que o jornalismo que protege a política democrática precisa ser por ela protegido, porque “revolucionária é a informação” e porque, sem jornalismo, não teríamos acesso coletivo, independente e imediato à verdade factual. ■

Eugênio Bucci, jornalista profissional sindicalizado desde 1984, é professor titular da ECA-USP e autor, entre outros livros, de *Sobre ética e imprensa*, *O Estado de Narciso* e *A forma bruta dos protestos (Companhia das Letras)* e *Existe democracia sem verdade factual? (Estação das Letras e Cores)*.

FOTOJORNALISMO



1 Corpo de um macaco bugio carbonizado por um incêndio florestal que atingiu a fazenda Santa Tereza na região da Serra do Amolar (MS) **2** Incêndio florestal atinge, em agosto, a Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN) Sesc Pantanal no município de Poconé (MT) **3** Funcionários combatem um foco de incêndio na fazenda Santa Tereza. Cerca de 60% da fazenda foi consumida pelo fogo





4

Pantanal em chamas

por Adriana Franco | fotos Lalo de Almeida

Em meados de agosto do ano passado, o fotógrafo Lalo de Almeida percorreu, pela primeira vez, a rodovia Transpantaneira para registrar as queimadas na região do Pantanal com o colega Fabiano Maisonnave. O incêndio, relatou em uma das reportagens, é a maior destruição natural que já presenciou e fez com que o repórter terminasse a cobertura por, pelo menos, duas vezes, com a sensação de dever não cumprido. O sentimento de fracasso se deu pelo tamanho da devastação presenciada, “mais impressionante do que imaginava”, segundo ele. Em 2020, o fogo consumiu quase 30% do território do Pantanal, resultando na pior devastação dos últimos 15 anos.

As fotos que você confere neste ensaio fazem parte de uma série de reportagens que o repórter fotográfico fez, em 2020, acompanhando as queimadas na região, as quais devastaram a fauna, a flora e todo o bioma locais. Ao todo, foram cinco viagens ao Pantanal para registrar as queimadas.

Dados do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe) dão conta de que a área atingida pelas queimadas em 2020 chega a quase 33 mil km². De janeiro a setembro, foram 32.910 focos de queimadas – 508% a mais do que no mesmo período de 2019.

Lalo de Almeida é fotógrafo há 30 anos e já recebeu diversos prêmios, entre os quais o World Press Photo 2017 por um ensaio sobre as vítimas do zika vírus. Já atuou em veículos como *O Estado de S. Paulo*, *Veja* e *Folha de S. Paulo*, jornal em que ainda colabora nas áreas de fotografia, vídeo e multimídia. ■



5



6

4 Na terra indígena, menina guató brinca em meio a vegetação queimada

5 Jacaré queimado às margens da rodovia Transpantaneira

6 Cinzas de uma árvore queimada marcam um pasto incendiado

7 Bombeiros atuam no maior refúgio da arara-azul no mundo; 90% dessa área foi destruída

8 Brigadistas são transportados até um foco na fazenda Santa Tereza (MS)



7



8

BOLETIM

SJSP oferece cursos de formação profissional

Para contribuir com a formação profissional da categoria, o Sindicato, em parceria com o programa De Olho na Rede, oferece cursos online em 2021. O curso “Estratégias de utilização das redes sociais” acontecerá nos dias 26, 27 e 28 de janeiro de 2021, das 20h às 21h30. Entre os dias 9 e 11 de fevereiro, acontece o curso “Assessoria de Imprensa e Presença Digital”. Sindicalizados têm desconto.

📍 sympia.com.br/jornalistasSP

Violência contra jornalistas...

O SJSP lamentou e repudiou a violência contra a categoria. A jornalista Maria Tereza Cruz foi vítima de diversos ataques nas redes sociais feitos por perfis de extrema direita, após manifestar sua opinião pessoal sobre os atos contra a rede Carrefour, realizados em decorrência do assassinato de um homem negro em uma loja da rede. O repórter Arthur Stabile, da Ponte Jornalismo, foi atingido por gás de pimenta usado por um guarda civil municipal de Diadema, no ABC, durante a cobertura de um ato. 📍 <https://bit.ly/2WeEQlh> e 📍 <https://bit.ly/36KXOol>

... e contra a liberdade de imprensa

A Regional ABCD repudiou ataque à liberdade de imprensa que ocorreu em Ribeirão Pires. Integrantes da campanha do candidato Kiko Teixeira (PSDB) agrediram os funcionários do jornal *Diário de Ribeirão Pires* que distribuíam a versão impressa do jornal. A edição trazia uma matéria informando que os votos no candidato não seriam validados pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

📍 <https://bit.ly/3gMgXea>

Bolsonaro é condenado por ataque a jornalista

O presidente Jair Bolsonaro (sem partido) foi condenado, em primeira instância, a indenizar em R\$ 10 mil a jornalista Bianca Santana pelo dano causado à sua honra. A profissional foi acusada por ele em maio, durante uma transmissão pelas redes sociais, de escrever *fake news*. Em junho, Bolsonaro chegou a desculpar-se, afirmando que mencionar a jornalista havia sido um equívoco. O pedido de desculpas antecipado e o fato de apagar o vídeo que a citava resultou em uma condenação parcial. A ação movida por Bianca pedia R\$ 50 mil de indenização. A reparação será doada para o Instituto Marielle Franco.

📍 <https://bit.ly/377MRPa>

Jornalistas da RAC fazem greve por 24 horas

Com atraso salarial de 20 meses, jornalistas da RAC fizeram greve por 24 horas. Com a paralisação, a edição do *Correio Popular* não circulou em 17 de dezembro. 📍 <http://bit.ly/3nx6ypp>

RESENHA

Anita Deak se supera em seu segundo romance

por João Marques

Começo esta resenha pelo final, mas não darei *spoiler*, pois a história em que Anita Deak se baseou para escrever seu novo livro, *No fundo do oceano, os animais invisíveis* (Reformatório, 172 págs.), já é muito conhecida, apesar de não ter sido totalmente esclarecida, como mostra outro lançamento, o *Vala de Perus, uma biografia*, de Camilo Vannuchi (*nas dicas ao lado*). Pedro Naves, o personagem principal, viveu sua infância em Ordem e progresso (grafado com inicial minúscula), onde “sofrer era desvio de caráter”, foi fazer o colégio na cidade, conheceu Sara, leu os livros de Seu Altino, pai de Sara, ingressou na Faculdade de Letras, participou de organização política, entrou para a guerrilha e foi parar numa região fictícia, inspirada no Araguaia. Lá havia um general que dizia: “Basta limpar os rastros e nem se terá notícias disso”. E, até hoje, dedicados militantes vêm, há décadas, tentando desmontar a estratégia desse general.

Sua mãe queria que estudasse para padre, “é tão bonito ter um padre na família”, já o pai o preparava para continuar seu trabalho, na terra e no pasto, “é a repetição que cria o sentido de pertencimento”. Mas as palavras o fizeram se voltar contra Deus e contrariar a mãe, as mesmas palavras que o professor Belisário lhe mostrou no dicionário e que o levaram aos livros. Primeiro,

os de Belisário, com quem pegou o gosto pela leitura; depois, os de Seu Altino, de formação política, que lhe inspiraram e deram a ele um destino diferente de tudo que o pai esperava.

Anita Deak é jornalista formada pela PUC-RJ, pós-graduada em Jornalismo Literário, trabalhou na Editora Abril e foi repórter de Cultura no *Jornal da Tarde*. Seu romance de estreia, *Mate-me quando quiser* (Gutenberg, 248 págs.), narrado em terceira pessoa, conta a história de uma mulher que contrata um assassino de aluguel para matá-la. Ela quer morrer em Barcelona e, para isso, envia ao matador a passagem de avião, o endereço de onde ficará hospedada e lhe dá um prazo de quatro meses. Nesse período, aparecem outros personagens e novos planos que se cruzam, provocando coincidências, criando mistérios e surpreendendo o leitor.

Dividido em pequenos capítulos, sem identificação e com diálogos corridos, seu novo livro é narrado em primeira pessoa, exceto alguns trechos, nos quais a autora muda a perspectiva e uma terceira pessoa assume a narrativa. “O tempo é um susto, quando você viu já foi”, estava escrito no epitáfio do avô de Pedro, e é com essa velocidade, como num fluxo de consciência, em que o narrador mistura, na mesma cena, algumas vezes sem ordem cronológica, os vários períodos de sua vida; além de umas passagens fantásticas, por conta do “encantado”. Imagens da infância aparecem nas aulas da faculdade, de onde, com base no Decreto-lei 477, ele foi expulso; ou em uma sessão de tortura, que teve de suportar, por 48 horas, sem entregar o endereço do aparelho. Pedro Naves tenta controlar o tempo, alongando o trecho em que descreve a cena de um corredor, para jamais chegar à sala de tortura, “mas chego porque assim me obrigam as palavras”. ■

DICAS DE LEITURA

Vala de Perus, uma biografia

Camilo Vannuchi Alameda, 336 págs.

Livro narra a descoberta da vala de Perus, trinta anos atrás, os cinquenta anos desde a construção do Cemitério Dom Bosco e a recente retomada das análises das ossadas.

Vaza Jato – Os bastidores das reportagens que sacudiram o Brasil

Letícia Duarte, The Intercept Brasil

Mórlua, 320 págs.

Dividido em duas partes, livro traz reportagem sobre os bastidores e mostra algumas matérias veiculadas, fundamentais para o entendimento do trabalho jornalístico.

Não me empurre para os perdidos

Maurício Melo Júnior Cepe, 185 págs.

Com toques metaliterários, novo romance do escritor pernambucano busca valorizar a literatura e a leitura, tendo como pano de fundo os contrastes que marcam o Brasil.

Samuel Wainer – O homem que estava lá

Karla Monteiro Cia das Letras, 576 págs.

Nova biografia equilibra as ambivalências do fundador da cadeia de jornais *Última Hora* e entrelaça sua história às tramas secretas do poder.

Mataram Marielle

Chico Otavio e Vera Araújo

Intrínseca, 224 págs.

Jornalistas investigativos de *O Globo* dedicados ao caso Marielle e Anderson mostram como o fato foi determinante para escancarar a atuação do crime no Rio de Janeiro.

DICAS DE FILMES, SÉRIES E DOCUMENTÁRIOS

por Cineclube Vladimir Herzog

Solo fértil

Joshua Tickell, Rebecca Harrell Tickell (EUA, 2020)

Documentário mostra ativistas, cientistas, agricultores e políticos que se uniram com o objetivo de equilibrar o clima, reabastecer o suprimento de água e alimentar o mundo. (Netflix)

AmarElo – É tudo pra ontem

Fred Ouro Preto (BRA, 2020)

Produzido a partir do álbum homônimo de Emicida, documentário passeia pela história da cultura negra e sua profunda contribuição na formação da identidade brasileira. (Netflix)

O diabo de cada dia

Antonio Campos (EUA, 2020)

Adaptado do livro homônimo de Donald Ray Pollock, filme se passa entre a 2ª Guerra e a Guerra do Vietnã e acompanha personagens esquecidos num canto de Ohio. (Netflix)

Little fires everywhere

Liz Tigelaar (EUA, 2020)

Série adaptada do livro de Celeste Ng, publicado no Brasil como *Pequenos incêndios por toda parte*, trata de racismo estrutural e mostra o conflito de duas famílias. (Amazon Prime Vídeo)

Cercados – A imprensa



Documentário dirige seu foco para cobertura jornalística da pandemia

contra o negacionismo na pandemia

Caio Cavechini (BRA, 2020)

Documentário traz ângulo inédito das cenas de cobertura da pandemia de coronavírus e mostra como a imprensa lida com a doença e sua repercussão política. (Globoplay)

MEMÓRIA



Sérgio exibe a sequência de imagens que lhe deu o Prêmio Esso de Fotografia

Sérgio Jorge, mestre do fotojornalismo brasileiro

Por Cláudio Soares

O fotojornalismo brasileiro perdeu no dia 30 de novembro um de seus mestres, com a morte de Sérgio Vital Tafner Jorge, aos 83 anos, em decorrência da covid-19. Ganhador do primeiro Prêmio Esso de Fotografia, em 1960, suas mais de 60 mil imagens registraram alguns dos principais acontecimentos do Brasil na segunda metade do século passado. A preocupação constante em se aprimorar e testar novas possibilidades na fotografia fizeram de Sérgio Jorge também uma referência entre os colegas.

Nascido em Amparo (SP), em 7 de abril de 1937, com cerca de 15 anos começou a fotografar em sua cidade, participando do Cine Foto Clube de Amparo. Mudou-se em 1955 para São Paulo, iniciando a atividade de repórter fotográfico no jornal *O Dia*. Menos de um ano depois, foi contratado pela Fundação Casper Líbero, editora dos jornais *A Gazeta* e *A Gazeta Esportiva*. Ali, seu trabalho começou a chamar a atenção.

Em 1959, fazia matérias como *free lancer* para a revista *Manchete*. Ao participar de uma reunião de pauta em que se discutia uma reportagem sobre a vacinação de cachorros, Sérgio propôs que cobrissem o trabalho da carrocinha, veículo que levava animais de rua, laçados por agentes municipais, para serem sacrificados pela Prefeitura.

Pauta aprovada, durante três dias ele acompanhou os laçadores de cachorros e registrou as reações, com adultos xingando e crianças atirando pedras, inconformadas com a ação. Até que, na Freguesia do Ó, registrou a cena de um menino, chorando, que se agarrou à corda e lutou para impedir a remoção de seu cachorro. A sequência de expressivas fotos, com o título “Não matem meu cachorro”, saiu em quatro páginas da *Manchete*, com enorme repercussão.

As imagens correram o mundo, saindo em pelo menos 36 publicações. Com elas, Sérgio Jorge tornou-se em 1960 o primeiro vencedor na categoria Fotografia do Prêmio Esso de Jornalismo. E trocou de emprego, sendo contratado pela Bloch para trabalhar na *Manchete*, ganhando o dobro do que recebia no jornal. Ficaria na revista até 1970.

Sérgio Jorge acompanhou de perto as transformações da profissão, como a introdução da cor nas publicações, a redução do tamanho e do peso dos equipamentos, as inovações nas lentes. Dizia que sempre buscou ler a respeito e discutir com colegas sobre como obter os melhores resultados.

Ao longo de sua atividade, registrou a trajetória de Pelé, do pugilista Éder Jofre e dos estilistas Dener e Clodovil. Participou, em 1959, da viagem de abertura da rodovia Belém-Brasília. Fotografou a construção de Brasília e documentou a inauguração da cidade, em 1960. Nove anos depois, foi o primeiro fotógrafo brasileiro a registrar imagens da Antártica.

Em 1970, a convite de Chico Albuquerque, passou a trabalhar na montagem do Estúdio Abril. Ali permaneceu por quatro anos, ajudando no treinamento e na formação de vários fotojornalistas que se destacariam depois. Paralelamente, passou a atuar na fotografia publicitária. Nesse período, continuou a participar de matérias jornalísticas. Uma de grande impacto foi a cobertura do incêndio no Edifício Joelma, em 1974.

Sindicalizado desde 1958, Sérgio Jorge deu entrevista ao *Unidade*, em 2013, revelando que a ditadura montou uma farsa na cena do local em que Carlos Marighella, dirigente da Ação Libertadora Nacional (ALN), foi assassinado em 1969. Como um dos primeiros repórteres fotográficos a chegar ao local, ele testemunhou a mudança de corpo de lugar, antes que os profissionais fossem autorizados pelos policiais a bater as fotos.

Sérgio Jorge participava da Associação Paulista dos Jornalistas Veteranos (Ajo-vesp) e era também da Comissão de Ética da Associação de Repórteres Fotográficos e Cinematográficos no Estado de São Paulo (Arfoc-SP). De volta a Amparo, onde residia ultimamente, era presidente do Cine Foto Clube de Amparo, o mesmo no qual deu os primeiros passos na atividade como fotógrafo. ■

VIOÊNCIA CONTRA JORNALISTAS

O Sindicato dos Jornalistas registrou, em 2020, **39 ataques** a jornalistas em todo o estado de São Paulo:

Sendo

7 DE VIOLÊNCIA FÍSICA

8 ATAQUES VERBAIS

5 AMEAÇAS

**14 ataques foram promovidos por
POLÍTICOS OU APOIADORES POLÍTICOS**

mais de
100
jornalistas
foram
vítimas
de violência

Fonte: SJSP



COLUNA DO JUCA

Ninguém pode negar

por Juca Kfoury

TEMOS MUITO
A CAMINHAR
E DEVEMOS
RECONHECER
QUE OS
CONTROLES
ÉTICOS DO
EXERCÍCIO DO
JORNALISMO
ANDAM
CAPENGAS

Se há uma coisa que jornalista não pode fazer é brigar com os fatos.

Negar a circunferência da Terra, a gravidade da pandemia, a inutilidade da cloroquina, a eficácia do isolamento social, a derrota do bolsonarismo nas eleições municipais, a do PT, ou a desmoralização definitiva do ex-juiz curitibano, e ex-ministro da Justiça, que além de ter feito tudo o que fez acabou indo ganhar fortuna na recuperação da Odebrecht.

São fatos, constatações que independem da opinião do observador.

O Palmeiras é alviverde e não tem Mundial. O Corinthians é alvinegro e tem dois. Também ninguém pode negar.

Mas negam. E como negam. Negam a tal ponto que emporcalham carreiras um dia de brilho, hoje reveladoras de apreço algum pelas próprias biografias, apenas pela sobrevivência.

A derrota de Donald Trump, por exemplo, ao que tudo indica, jamais será reconhecida por uma certa senhora que jogava vôlei com competência e virou a rainha das bolas fora nos meios de comunicação.

Ana de Amsterdam teve final muito mais glorioso.

É claro que cada um faz o que quer de sua vida, mas quando se trata de jornalismo não é bem assim. Porque as *fake news* proliferam não apenas pelas redes antissociais, mas pelas ondas, imagens e impressos.

Tem quem ouça, veja, leia, pois se não tivesse não haveria mais um certo tipo de falsários capazes de dar espaço a astrólogo como se fosse filósofo, ou para charlatões no papel de médicos sérios.

Uma outra maneira de brigar com os fatos, e fazer mau jornalismo, é ser seletivo na indignação traduzida em espaços em cada veículo.

Vimos em passado recente o estelionato eleitoral cometido pelo reeleito governo federal petista ser tratado como tal, embora até fosse a favor da banca.

Pois acabamos de assistir a outro estelionato nas esferas estadual e municipal reduzido a mero registro no dia seguinte ao segundo turno da eleição para a Prefeitura paulistana.

Testemunhamos o que governador e prefeito negavam no sábado, a necessidade de novo aperto no combate à pandemia, virar verdade na segunda-feira.

Temos muito a caminhar e devemos reconhecer que os controles éticos do exercício do jornalismo andam capengas não é de hoje.

Basta ver quantos “jornalistas” são garotos-propaganda. ■

TRAÇO LIVRE | por Ricardo Coimbra


VOCÊ ACABOU DE ASSISTIR A MAIS UM EPISÓDIO DE...

**SE TODO TRABALHADOR
FALASSE COMO POLICIAL**